

## Fim do ICMS diferenciado é melhor para empresas e consumidor de maior renda

A proibição por parte do STF da cobrança diferenciada de ICMS para energia e telecomunicações deve beneficiar mais as empresas e os consumidores residenciais de maior renda e consumo, avaliam especialistas.

Na última segunda-feira (22), o Supremo formou maioria para impedir que os estados cobrem as tarifas diferenciadas do tributo. A ação havia sido apresentada pelas Lojas Americanas, contra uma lei catarinense de 1996 que estabeleceu alíquota de 25% para essas duas áreas, ante os 17% cobrados de ICMS no geral.

Por se tratar de um preço administrado, se o ICMS da operação for menor, o preço também cai, explica. Mas isso ocorreria após o trânsito em julgado da decisão do Supremo e se a repercussão afetar os contribuintes de todos os estados.



Em 2012, o caso chegou ao Supremo e chegou a ter seu julgamento iniciado no começo deste ano, até que um pedido de vista (mais tempo para analisar o tema) do ministro Dias Tofoli interrompeu a tramitação.

O peso do imposto sobre a conta de luz muda de um estado para o outro. No caso de São Paulo, a legislação prevê alíquota de 12% para consumo residencial de até 200 kWh

por mês e 25% para consumo mensal acima de 200 kWh.

Com a energia elétrica para consumo comercial, industrial, serviços e poder público a regra é de cobrança de tarifa de 18%.

Já no Rio, a alíquota efetiva de ICMS é de 20% para quem não se enquadra na tarifa social e consome até 300 kWh por mês, de 31% para acima de 300 kWh e 32% para acima de 450 kWh, segundo relatório da ABDG (Associação Brasileira de Energia Distribuída).

“Como essa regra não é uniforme, alguns estados aplicam as alíquotas majoradas para os consumidores residenciais em geral, dando isenção apenas para os de baixa renda que consomem até 90 kWh”, diz Mariana Kubota, do Stocche Forbes Advogados.

“O ICMS é importante fonte de receita para os estados. As ações foram ajuizadas pelas próprias empresas consumidoras desses serviços”, explica Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos.

Douglas Gravas/Folhapress

### Economia



**Guedes acusa bancos de erro ou militância política em previsões para 2022**

Página - 03

**Receita libera consulta a lote residual do IRPF de novembro**

Página - 03



**Tesouro Direto: retornos de prefixados com vencimento menor avançam e chegam a 12,3% ao ano**

Página - 05

**Stone e PagSeguro desabam: 'o trade das fintechs está morrendo'** Pág -05

### Política

**Bolsonaro não se opõe a Auxílio Brasil de R\$ 400 permanente, mas é preciso fonte de recurso, diz ministro**

Página - 04



## No Mundo

### Europa pode ultrapassar 2 milhões de mortos por Covid até março, diz OMS



O número de mortos por Covid na Europa pode chegar a 2,2 milhões em março do ano que vem, afirmou nesta terça (23) Hans Kluge, diretor para o continente da OMS se mantidas as tendências atuais.

Escapar deste “marco sombrio” exige adotar uma atitude de “vacina mais”, afirmou Kluge. “Isso significa ser vacinado, tomar o reforço se oferecido e ao mesmo tempo usar máscaras, manter distância, ventilar espaços internos, lavar as mãos e espirrar no cotovelo.”

De acordo com o diretor da entidade, está nas mãos de cada um “evitar tragédias e perdas desnecessárias” e

limitar mais perturbações à sociedade e às empresas durante o inverno.

Por causa da quarta onda, Letônia, Holanda e Áustria reimpuseram confinamento e outros países apertaram medidas, provocando também insatisfação e protestos —alguns terminaram em violência.

Desde o começo da pandemia, 1,5 milhão de europeus morreram por causa do coronavírus nos 53 países acompanhados pela entidade.

A média de óbitos diários vem crescendo desde o final do verão europeu e, de acordo com a OMS dobrou, de 2.100 no final de setembro, para 4.200 na semana passada.

Segundo levantamento do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde, a Covid é hoje a principal causa de mortes na Europa e na Ásia Central, e as estimativas são de que a pressão sobre hospitais fique alta ou extrema em 25 dos 53 países, entre este final de mês e 1º de março.

A perspectiva para as UTIs é ainda mais preocupante: a pressão alta ou extrema só não é esperada em apenas 4 países —Malta, Suíça, Cazaquistão e Israel, que estão na área acompanhada pela seção europeia da OMS.

De acordo com a entidade, há três principais fatores que impulsionam a alta transmissão atual de Covid.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

### Rússia vai retomar importação de carnes bovina e suína do Brasil

A Rússia retomará a importação de carne bovina e suína de 12 unidades brasileiras nesta semana, disse o regulador de segurança sanitária do país nesta terça-feira.

A maioria das restrições aos produtores brasileiros de carne bovina e suína pela Rússia está em vigor desde 2017, devido a alegações do uso do aditivo ractopamina na alimentação das criações, o que grupos brasileiros da indústria de carne negaram.

No mês passado, a Rússia já havia permitido a importação de carne bovina de três grandes exportadoras brasileiras.

A nova liberação, a partir de 25 de novembro, envolve nove unidades de suínos e três de carne bovina.

O departamento russo Rosselkhozndzor não revelou os nomes dos frigoríficos.

“O Rosselkhozndzor continua trabalhando na ampliação da lista de produtores brasileiros certificados para fornecer carne bovina à Rússia”, afirmou.

A liberação acontece após a ministra da Agricultura brasileira, Tereza Cristina, ter se reunido em Moscou na semana passada com o chefe do Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia, Sergey Dankvert, que ainda garantiu a realização de uma visita de inspeção ao Brasil, no primeiro trimestre de 2022, visando habilitação de novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação.

Reuters/ABR



### Israel se diz pronto para intensificar confronto com o Irã



O primeiro-ministro de Israel, Naftali Bennett, indicou terça (23) uma prontidão para intensificar o confronto de Israel com o Irã e reiterou que seu país não se ateria a nenhum novo acordo nuclear iraniano com potências mundiais.

Negociações indiretas começarão no dia 29 próximo visando reativar o acordo de 2015, que o ex-presidente norte-americano Donald Trump abandonou por considerar insuficiente para encerrar projetos com potencial para a criação de bombas, uma opinião com-

partilhada pelos israelenses.

Desde o rompimento dos Estados Unidos, o Irã, que nega buscar armas nucleares, viola o acordo ampliando o enriquecimento de urânio.

Bennett, que assumiu o cargo em junho, disse em um discurso que o Irã está no “estágio mais avançado de seu programa nuclear”.

Embora seu governo tenha dito anteriormente que estaria aberto a um novo acordo nuclear com restrições mais duras ao Irã, Bennett reafirmou a autonomia de Israel para agir contra a República Islâmica.

“Enfrentamos tempos

complicados. É possível que haja disputas com os melhores de nossos amigos”, disse ele em uma conferência televisada na Universidade Reichman.

“Em todo caso, mesmo que haja uma volta a um acordo, Israel, é claro, não é uma parte do acordo e Israel não tem obrigações com o acordo”, afirmou.

Sem chegar a ameaçar uma guerra explicitamente, o primeiro-ministro disse que tecnologias cibernéticas e o que considera vantagens de Israel por ser uma democracia e ter apoio internacional podem entrar em jogo.

Reuters/ABR

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Guedes acusa bancos de erro ou militância política em previsões para 2022



O ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou em entrevista ao jornal Financial Times as previsões feitas por bancos de estagnação ou mesmo encolhimento da economia em 2022.

“Claro que [os bancos] estão errados. Ou eles estão errados ou eles são militantes politicamente. Eles estão tentando afetar a eleição... Eles ainda não aceitaram a eleição de Bolsonaro”, afirmou o ministro.

No final de outubro, o Itaú Unibanco revisou a projeção para desempenho do PIB no ano que vem, de uma alta de 0,5% para uma queda de 0,5%.

“Notícias sobre o aumento dos gastos fiscais aumenta-

ram as dúvidas sobre o futuro do arcabouço fiscal no Brasil, que desde 2016 tem sido baseado em um teto de gastos ajustável”, escreveu o banco em sua análise, logo após a divulgação de que o governo driblaria o teto com a PEC dos Precatórios para ampliar gastos em ano eleitoral.

Além do Itaú, a Asa Investments e a MB Associados também revisaram para pior suas estimativas para 2022. A Asa projeta uma recessão técnica no primeiro semestre de 2022, enquanto a MB vê um cenário de estagflação (preços em alta e atividade econômica fragilizada) no próximo ano.

Economistas ouvidos pelo Banco Central também têm piorado suas estimativas para o PIB. Na pesquisa Focus mais recente, divulgada

nesta segunda (22), a expansão da economia no próximo ano foi reduzida de 0,93% para 0,70%.

O próprio governo vem revisando para baixo suas estimativas para a economia, embora ainda projete expansão.

Em sua análise mais recente, o Ministério da Economia reduziu de 2,5% para 2,1% sua projeção de crescimento do PIB em 2022.

De acordo com o ministério, o principal fator doméstico para o corte é a deterioração das condições financeiras no país, com elevação dos juros. As taxas têm sido estimuladas pelo avanço da inflação e pela desconfiança do mercado em relação às contas públicas, impulsionada principalmente pela discussão da PEC dos Precatórios. Folhapress

## Receita libera consulta a lote residual do IRPF de novembro

Já está disponível para consulta o lote residual de restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) do mês de novembro de 2021. O lote inclui também restituições residuais de exercícios anteriores. Segundo a Receita, o crédito bancário para 260.412 contribuinte será realizado no dia 30 deste mês, no valor total de R\$ 450 milhões.

Além de contribuintes que têm prioridade legal, como idosos, pessoas com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e aqueles cuja maior fonte de renda é o magistério, também estão nesse lote 199.668 contribuintes não prioritários que entregaram a declaração até o último dia 9.

Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da

Receita na internet, selecionar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, em Consultar a Restituição. A página apresenta orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo a consulta simplificada ou completa da situação da declaração, por meio do extrato de processamento, acessado no e-CAC.

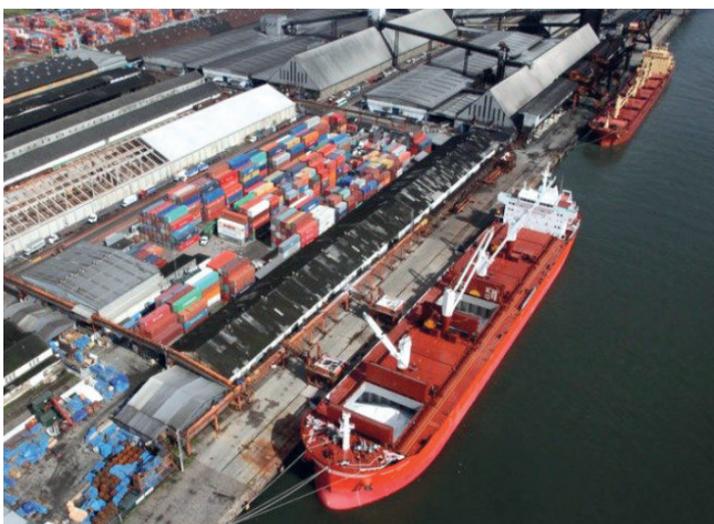
Se identificar alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificá-la, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

A Receita disponibiliza, ainda, aplicativo para tablets e smartphones que possibilita consultar diretamente nas bases da Receita Federal informações sobre liberação das restituições do IRPF e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

Karine Melo/ABR



## Mudança climática já é ameaça a portos brasileiros, diz estudo



Os portos brasileiros já sentem efeitos das mudanças climáticas e as perspectivas são de que as ameaças se agravem nos próximos anos, com impactos que podem gerar riscos para a operação e para a economia do país.

A conclusão é de estudo feito pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) em parceria com a GIZ, braço da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de identificar os riscos e apontar medidas mitigadoras.

Segundo o estudo, a principal ameaça está no risco de vendavais, que já afeta sete portos —entre eles o de Santos, o maior do país— e pode se tornar um problema

futuro para outras nove instalações na costa brasileira.

O risco de tempestades já afeta nove portos, mas não há previsão de mudanças significativas no longo prazo. Em 11 dos 21 portos pesquisados, a estimativa que a elevação do nível dos oceanos gere riscos altos ou muito altos a partir de 2030.

“Os impactos nas operações portuárias em função da mudança do clima já são uma realidade no Brasil, e, mantidas as condições atuais, há uma tendência de piora neste cenário”, afirma o texto, divulgado nesta segunda-feira (22) pela Antaq.

“A partir desse relevante diagnóstico, faz-se necessário uma concertação de ações entre governos, autoridades

portuárias e agência reguladora para mitigar os impactos da mudança do clima nos portos brasileiros”, completa.

O estudo alerta que a ocorrência de vendavais, tempestades e ressacas pode levar à interrupção da navegação nas regiões portuárias e até mesmo à inundação de pátios de terminais e áreas próximas, como zonas urbanas.

“Além disso, esses impactos, em conjunto, acarretam aumento dos custos dos complexos marítimos e afetam ainda a durabilidade e resistência das instalações e das infraestruturas portuárias frente às condições climatológicas adversas”, diz.

Os portos são responsáveis por 95% da corrente de comércio exterior do país. Folhapress

## Política

### Guedes admite que offshore foi usada para escapar de impostos nos Estados Unidos



O ministro Paulo Guedes (Economia) admitiu nesta terça-feira (23) que enviou recursos para sua empresa sediada em paraíso fiscal (offshore) para escapar de impostos cobrados nos Estados Unidos e confirmou que parentes permanecem ligados à companhia. A estratégia também evita tributos no Brasil.

Segundo o ministro, o envio dos recursos à empresa foi feito entre 2014 e 2015 para investimento em ações americanas. Guedes afirmou que recebeu na época a sugestão de conselheiros, como uma forma de evitar os tributos nos Estados Unidos no caso de sua morte.

A legislação americana taxa em quase 50% os recursos de pessoas físicas repas-

sados a herdeiros. No Brasil, os estados fazem cobrança parecida por meio do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) -que chega a até 8%.

“Se você tiver uma ação no nome da pessoa física e falecer, 46% é expropriado pelo governo americano [...]. Então, se você usar offshore, você pode fazer esse investimento. Se você morrer, em vez de ir para o governo americano, vai para a sucessão”, disse.

A offshore de Guedes, de sua esposa e de sua filha nas Ilhas Virgens Britânicas, conhecido paraíso fiscal, foi revelada por reportagens publicadas por veículos como a revista Piauí e o jornal El País, que participam do projeto do Consórcio Internacio-

nal de Jornalistas Investigativos (o ICIJ).

O uso de paraísos fiscais é um problema global discutido há anos por órgãos como OCDE (Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico) e Oxfam. De acordo com especialistas no tema, a estratégia alimenta a desigualdade pelo mundo ao retirar dos cofres públicos recursos que poderiam ser usados para políticas como saúde, educação e benefícios sociais.

As declarações do ministro são dadas no momento em que o Brasil acumula oito anos de contas no vermelho, tem dívidas acima de R\$ 5,4 trilhões e busca como elevar a verba prevista para o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família). Fábio Pupo/Folhapress

### Bolsonaro não se opõe a Auxílio Brasil de R\$ 400 permanente, mas é preciso fonte de recurso, diz ministro



O ministro da Cidadania, João Roma, afirmou nesta terça-feira (23) que o presidente Jair Bolsonaro não se opõe à ideia de tornar permanente o valor de R\$ 400 para o Auxílio Brasil, mas ressaltou que isso só é possível caso haja identificação da fonte de recurso orçamentária.

Questionado após participar de audiência pública na Câmara, o ministro não disse, porém, se o governo está procurando essa fonte de recurso para bancar a proposta.

A elevação do Auxílio Brasil -que sucedeu o Bolsa Família- a R\$ 400 depende ainda da aprovação da PEC dos Precatórios pelo Senado, para que seja aberto espaço

### PSDB contrata empresa para testar novo app que pode ser usado em prévias

Após falhas registradas na votação das prévias presidenciais no último domingo (21), o PSDB anunciou a contratação de uma empresa privada que terá o aplicativo testado pelas campanhas dos governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS) para eventualmente substituir a ferramenta da fundação responsável pelo app original.

As campanhas de Doria, Leite e do ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio (AM) deram aval para testarem o novo aplicativo D.Vota, da RelataSoft, empresa de tecnologia eleitoral que faz parte do projeto Eleições do Futuro do TSE.

O anúncio foi feito nesta terça-feira (23) na sede do partido em Brasília.

Em entrevista à imprensa nesta terça, Doria e Virgílio disseram estar de acordo com

o uso do aplicativo alternativo e fizeram elogios ao presidente do PSDB, Bruno Araújo, por dialogar com os candidatos.

Doria afirmou manifestar “nossa posição favorável à nova tecnologia adotada pelo PSDB para que as prévias possam ser realizadas de forma segura, soberana e ampla”. O governador paulista ressaltou o acordo entre as campanhas para que as prévias terminem até domingo (28).

No último domingo, o PSDB fez uma votação híbrida. Num evento em Brasília, feito para anunciar o vencedor, mas que terminou de forma melancólica sem conclusão, puderam votar por meio de urnas eletrônicas os prefeitos e vices, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e vices e os ex-presidentes do partido.

Danielle Brant/Folhapress



orçamentário para o gasto. O valor, porém, só valeria até dezembro de 2022.

“O benefício transitório de R\$ 400 é uma resposta de fortalecimento, da área econômica, nesse período em que estamos saindo da pandemia, mas em que os efeitos sociais e econômicos da pandemia ainda não estão passando, em especial, para a faixa mais pobre da nossa população”, afirmou Roma, após a audiência pública.

“Fazer com que esse benefício seja permanente seria muito bom, seria um fortalecimento para a política de assistência social. Ocorre que precisamos identificar a fonte de recursos para isso. Uma vez identificada, seria

uma coisa muito positiva.”

Diante da informação de que a base governista no Senado apoia tornar permanente o valor, Roma reafirmou a necessidade de identificação da fonte orçamentária.

“Não há oposição, o presidente Bolsonaro está determinado em ajudar os brasileiros mais necessitados, mas para tornar esse benefício permanente é preciso identificar a fonte de financiamento”, disse o ministro.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é pré-candidato à Presidência da República, afirmou considerar “inteligente” as propostas de manter o valor de R\$ 400 para além de dezembro de 2022. Ranier Bragon/Folhapress

## Tesouro Direto: retornos de prefixados com vencimento menor avançam e chegam a 12,3% ao ano



O radar dos agentes financeiros segue focado nesta terça-feira (23) nos desdobramentos da PEC dos Precatórios. Hoje, quarta-feira (24), o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator da proposta, deve apresentar o texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Nesse contexto, investidores pedem cada vez mais juros para emprestar ao governo, diante do aumento dos riscos fiscais e da subida das projeções para a inflação oficial neste ano, o que exigiria uma postura ainda mais contracionista do Banco Central sobre a Selic. Com isso, o mercado de títulos públicos negociados no Tesouro Direto opera com avanço nas taxas na atualização das 15h21.

Mais uma vez, o destaque está nos retornos oferecidos pelos papéis prefixados, que chegaram a aumentar 14 pontos-base (0,14 ponto percentual), na abertura dos negócios, mas depois recuaram um pouco para até 12 pontos-base, durante a tarde. O Tesouro Prefixado 2024, por exemplo, oferecia juro de 12,30%, na atualização das 15h21, contra 12,32% ao ano, no início do dia. Na sessão anterior, o percentual que esse papel remunerava era de 12,18%.

No mesmo horário, a rentabilidade oferecida pelo Tesouro Prefixado 2026 era de 12,07% ao ano, abaixo dos 12,10% ao ano, da abertura das negociações, o que representa um avanço de 9 pontos-base (0,09 ponto percentual) em relação ao pa-

tamar registrado segunda.

Da mesma forma, o juro oferecido pelo Tesouro Prefixado 2031 era de 11,81%, frente aos 11,85% do começo da manhã. Ainda assim, o percentual está acima dos 11,77% ao ano vistos um dia antes. Com isso, a diferença entre a remuneração do título de prazo mais curto (2024) e o de prazo mais longo (2031) chegava a 49 pontos-base durante a tarde.

Ou seja: voltou a se aproximar dos patamares vistos nos dias de maior estresse fiscal quando a distância entre os dois papéis alcançou 51 pontos-base. Entenda o que explica esse fenômeno em que os papéis de vencimento mais próximo oferecem juros maiores do que os de prazo mais alongado.

Infomoney

## Barsi explica por que investidor não deve se preocupar com queda da bolsa

A queda acumulada do Ibovespa de mais de 13% em 2021 pode ter deixado muitos investidores receosos, não sem razão. O persistente risco fiscal, a incerteza política a um ano da eleição e o aumento da taxa de juro no país são necessários pontos de atenção para quem investe. Entretanto Luiz Barsi Filho, 82, um dos maiores investidores individuais da bolsa brasileira, afirma não estar preocupado.

“Sempre me pergunto o que eu acho da bolsa e do mercado. Eu não acho nada. Eu não me preocupo. Sabe por quê? Eu não olho para eles”, disse em entrevista na sede Conselho Regional de Economia

de São Paulo (Corecon-SP).

O foco do bilionário investidor, que tem uma fortuna estimada em 2 bilhões de reais, é o desempenho das empresas listadas, independente do cenário econômico ou político. “Eu sempre avalio o projeto da empresa, como ela se comporta e seus números.”

Barsi destacou ainda que avalia o compromisso dos controladores e dos gestores da companhia. Um exemplo para ele são as empresas de papel e celulose: Klabin (KLBN11) e Suzano (SUZB3). “No caso da Klabin, a família inteira tem ações da empresa. O controlador tem garra com a empresa, ele investe. Por isso, ela evoluiu muito nos últimos tempos.”

Exame



## Stone e PagSeguro desabam: ‘o trade das fintechs está morrendo’



Stone e PagSeguro mergulharam na Bolsa mais uma vez, em meio a uma reprecificação dramática da tese de investimento em fintechs ao redor do mundo.

Em Nova York, a Square cai 7% no início da tarde, e na Índia, a Paytm, que fez seu IPO na quinta-feira, caiu 40% entre sexta-feira e terça.

“O trade das fintechs de pagamento está morrendo,” um analista do setor disse ao Brazil Journal.

No Brasil, o Bradesco BBI cortou sua recomendação para as adquirentes brasileiras, e analistas do buy-side disseram estar preocupados com uma potencial alta da inadimplência.

No início da tarde, a ação da Stone caía mais de 13%

na Nasdaq, negociada a US\$ 16,60, um novo all-time low. Já a PagSeguro perdia 7% para US\$ 27,66 na NYSE.

O Bradesco revisou para baixo as estimativas para o setor de adquirência e está recomendando aos clientes evitar exposição ao setor.

Os analistas reduziram as recomendações para Stone e PagSeguro, e mantiveram o neutral para a Cielo, que é controlada por Bradesco e Banco do Brasil.

Os analistas dizem que o ambiente de negócios será mais desafiador para essas empresas em 2022 por conta do cenário de alta dos juros, que encarece o funding, e da maior pressão nos custos operacionais, diante de mais necessidade de investimento e de novas estratégias co-

merciais. A Stone ainda tem o desafio de curto prazo de integrar a Linx; e a PagSeguro tem investido muito no PagBank, escreveram os analistas Otavio Tanganelli, Gustavo Schroden e Eric Ito.

O Bradesco reduziu o preço-alvo da Stone de US\$ 49 para US\$ 17 e rebaixou a recomendação de neutral para underperform. A estimativa para o lucro da empresa em 2022 baixou 58% para R\$ 745 milhões.

A recomendação para PagSeguro saiu de outperform para neutral. O preço-alvo saiu de US\$ 63 para US\$ 33, e a estimativa para o lucro em 2022 caiu 33% para R\$ 1,66 bilhão.

Já a recomendação para a Cielo foi mantida em neutral.

Brazil Journal

## Publicidade Legal

**Silver Negócios e Participações S.A.** – CNPJ/ME (Em Constituição)  
**Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações**  
**Data, Hora e Local:** 22/09/2020, às 09h00, com sede em São Caetano do Sul/SP. **Quorum de instalação:** Presença dos fundadores da sociedade conforme boletins de subscrição, e lista de presença. **Mesa:** Presidente: Cibele Miovio, Secretária: James da Silva Santos. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** (I) Constituir a **Silver Negócios e Participações S.A.**; (II) Fixar o capital social em R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição; (III) Estatuto Social que passa a fazer parte integrante da presente ata; (IV) Aprovar e lavrar a ata desta Assembleia em forma de sumário; (V) Eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos pela AGO de 2021. **Diretores Eleitos:** Cibele Miovio, RG 15.113.958-1 SSP/SP, CPF/MF 166.638.928-51, Diretor Presidente. James da Silva Santos, RG 33.246.069-1 SSP/SP, CPF/MF 226.673.618-30, Diretor Vice-Presidente. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. A ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Caetano do Sul, 22/09/2020. **Cibele Miovio** – Presidente e Diretora eleita. **James da Silva Santos** – Secretário e Diretor eleito. **Anexo I – Estatuto Social da Silver Negócios e Participações S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração.**  
**Artigo 1º.** A Companhia adota a razão social de **Silver Negócios e Participações S.A.**, pessoa jurídica de direito privado organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, a qual reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Rua Niterói, 362, conjunto 91, Centro, São Caetano do Sul/SP, podendo por deliberação da assembleia geral, instalar ou encerrar filiais, agências, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a participação em outras Sociedades como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"); a realização de serviços de recuperação de crédito próprio ou de suas controladas e/ou coligadas, mediante cobranças extrajudiciais; Gerenciamento de carteiras de contas a pagar e de contas a receber de suas controladas e/ou coligadas, por meio de cobranças de recebíveis de emissão de terceiros, podendo inclusive utilizar da própria gestão de meios de pagamentos, e fazer ainda a administração do caixa destas empresas mediante a realização de pagamentos por conta e ordem. **Artigo 4º.** O prazo de duração da empresa é indeterminado, iniciando suas atividades na data de assinatura do presente instrumento. **Capítulo II – Capital Social.** O capital social é de R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, sendo R\$ 1.000,00 integralizados e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **§ 1º.** As ações são indivisíveis e cada ação ordinária dá direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§ 2º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Artigo 6º.** O Capital Social da Companhia é representado por ações ordinárias, podendo ser emitidas ações preferenciais, a critério da Assembleia Geral. **§ Único.** É vedado à Companhia emitir ações preferências ou partes beneficiárias. **Artigo 7º.** Por deliberação da Assembleia Geral o capital social da Companhia pode ser aumentado mediante a capitalização de lucros ou reservas, sendo facultativa a emissão de novas ações correspondentes ao aumento entre seus acionistas, na proporção do número de ações que possuem. **Artigo 8º.** As futuras transferências de ações poderão também ser formalizadas apenas no Livro de Transferência de Ações Nominativas, livro este que ficará na sede da Companhia. **Artigo 9º.** A Companhia poderá emitir certidão dos assentamentos nos Livros de Registro de Ações Nominativas e de Transferências de Ações Nominativas, bem como emitir Ata apresentando a composição acionária da Companhia em determinada data. **Artigo 10º.** O acionista que pretender transferir suas ações deverá expressamente comunicar o fato à Diretoria, apresentando as condições da negociação, para que os demais acionistas possam exercer o direito de preferência dentro do prazo de 30 dias. **Artigo 11º.** A limitação de circulação, contida no artigo anterior, somente se aplicará ao acionista que assim concordar, mediante averbação no Livro de Registro de Ações Nominativas, conforme disposto no § Único, do artigo 36, da Lei nº 6.404/76 – Lei das S.A. **Capítulo III – Administração.** **Artigo 12º.** A Diretoria é o órgão de administração da Companhia. **Artigo 13º.** A Diretoria da Companhia será composta por 2 diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo, necessariamente, 1 Diretor Presidente e 1 Diretor Vice-Presidente. **§ 1º.** Os Diretores são eleitos e destituídos, com ou sem justa causa, pela Assem-

bleia Geral, devendo esta eleger o substituto. O mandato será de 1 ano, permitida a reeleição. O prazo de gestão se estenderá até a investidura do novo eleito no mesmo cargo. **§ 2º.** A investidura dos Diretores em seus cargos será feita mediante a assinatura do termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, no prazo da Lei. **§ 3º.** Em caso de impedimento ou ausência, o Diretor será substituído por outro Diretor com poderes para representá-lo em conformidade com o que dispuser a Assembleia Geral. Ocorrendo a vacância do Diretor, por morte, interdição ou renúncia, a Assembleia Geral elegerá o substituto, o que deverá ocorrer no prazo máximo e improrrogável de 30 dias. **§ 4º.** Os diretores poderão fazer jus ao recebimento de pró-labore mensal, em montante a ser estabelecido mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 14º.** Aos Diretores compete representar a Companhia, nos termos deste Estatuto Social, bem como coordenar e supervisionar os negócios sociais que se relacionem com o objeto social da Companhia, zelando pelo regular funcionamento da Companhia. **Artigo 15º.** Cada Diretor tem amplos poderes de administração e gestão de negócios, nos limites das atribuições que lhe competem em razão deste Estatuto, em especial quanto ao Artigo 11º abaixo, ou de deliberação da Assembleia Geral, observado o objeto social e as prescrições legais e regulamentares. **Artigo 16º.** A representação da Companhia, ativa ou passiva, nos atos e negócios em geral, será feita pela diretoria da Companhia, de forma isolada, quando executada pelo Diretor Presidente, e de forma conjunta com o Diretor Presidente, quando executada pelo Diretor Vice-Presidente. **Artigo 17º.** A Companhia poderá, ainda, ser representada nos atos e negócios por 1 procurador com poderes especiais, conforme procuração outorgada nos termos do Artigo 14º deste Estatuto Social. **Artigo 18º.** Ao procurador referido no Artigo 13º será outorgada procuração por instrumento público ou privado, assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou pelo Diretor Vice-Presidente, desde que em conjunto com o Diretor Presidente, devendo necessariamente conter prazo determinado, limitado a 1 ano, salvo na hipótese de mandato outorgado para fins judiciais, que poderá ser outorgado por prazo indeterminado. **Artigo 19º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, por convocação de qualquer Diretor. **§ 1º.** A convocação com a designação de dia e hora e a especificação detalhada das matérias que serão objeto de discussão e deliberação ou apenas de discussão, será encaminhada por escrito aos Diretores com, pelo menos, 8 dias de antecedência. **§ 2º.** O quórum de instalação da Diretoria é o da totalidade de seus membros ou representantes. **§ 3º.** O quórum de deliberação da Diretoria é o da totalidade dos presentes. Em caso de empate, a Diretoria deverá submeter a matéria à deliberação da Assembleia Geral. **§ 4º.** Estando presentes à reunião todos os membros da Diretoria, é dispensável a convocação com as formalidades e antecedência exigidas neste Estatuto Social e, se todos concordarem, poderá ser objeto de discussão e deliberação qualquer assunto de competência do órgão. **Artigo 20º.** São atribuições do Diretor Presidente: I) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II) convocar a Assembleia Geral de acionistas; III) aprovar as demonstrações financeiras e o relatório da administração da Companhia e submetê-las à Assembleia Geral de acionistas; IV) representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele. **Artigo 21º.** São atribuições do Diretor Vice-Presidente: I) gestão do movimento financeiro da Companhia; II) aprovar as demonstrações financeiras; III) elaborar o relatório da Administração da Companhia; IV) representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele. **Artigo 22º.** O Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente, isoladamente, poderão outorgar procuração a terceiros, pública ou particular, conferindo poderes amplos gerais e ilimitados, para representar a Companhia perante instituições financeiras e também perante a qualquer órgão público ou privado, visando a prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive praticando perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Juntas Comerciais, órgãos do Poder Judiciário, instituições bancárias, bem como para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, no cumprimento de suas obrigações fiscais, civis, ambientais, criminais, regulatórias, trabalhistas ou previdenciárias, dentre outras. **Artigo 23º.** Na hipótese de alienação de bens imóveis da Companhia será obrigatória a assinatura de todos os Diretores no documento de transmissão de propriedade do respectivo bem, sob pena de nulidade, tal qual na formalização de quaisquer outros atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações junto à Companhia. **Artigo 24º.** A Diretoria, através da aprovação expressa de todos os seus membros, devidamente formalizada em Ata de Reunião própria, com especificação do ato envolvido, poderá prestar aval ou garantia, inclusive para terceiros, junto às instituições financeiras e demais órgãos, envolvendo os bens imóveis da Companhia. **Artigo 25º.** Para obtenção de empréstimo ou financiamento para a Companhia, o Diretor Presidente a representará isoladamente, facultada à outorga de mandato nos termos do artigo 29, deste Estatuto Social. **Capítulo IV – Da Assembleia Geral.** **Artigo 26º.** A Assembleia Geral, convocada e

instalada de acordo com a lei e este Estatuto Social, será presidida pelo Diretor Presidente § Único. O Presidente da Assembleia Geral convidará um dos presentes para compor a mesa e secretar os trabalhos. **Artigo 27º.** É necessária a aprovação de acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto para a deliberação sobre toda e qualquer matéria colocada em exame nas Assembleias Gerais. **Artigo 28º.** A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) AGO, 1 vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar matéria que lhe é atribuída por lei; e (ii) AGE, sempre que os interesses e os dispositivos da lei e do Estatuto Social o exigirem. **§ 1º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **§ 2º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º, do artigo 126, da Lei nº 6.404/76 – Lei das S.A., mediante apresentação do instrumento de mandato com antecedência de até 24 horas do horário agendado para a realização de tal Assembleia Geral. **Artigo 29º.** A AGO terá por objeto: I) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e eventual distribuição de dividendos; III) eleger membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso; IV) reformar o Estatuto Social; V) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia; VI) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência. **Artigo 30º.** Os Diretores deverão comunicar, até 30 dias antes da data agendada para a realização da AGO, a disponibilidade dos acionistas de: I) cópia das demonstrações financeiras; II) parecer do Conselho Fiscal, se houver; e III) demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem de tal assembleia. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal.** **Artigo 31º.** O Conselho Fiscal, constituído por 3 membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionistas, nos termos da Lei. **Artigo 32º.** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração e aprovar o regimento interno do órgão § Único. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal termina na 1ª AGO realizada após a sua instalação. **Capítulo VI – Do Exercício Social, do Balanço dos Lucros e de sua Destinação.** **Artigo 33º.** O exercício social coincide com o ano civil, abrangendo o período de 01/01 a 31/12 de cada ano, momento no qual será elaborado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras previstas em lei, os quais serão submetidos à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 34º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a previsão para pagamento do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. **§ Único.** O lucro líquido ajustado terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) do saldo remanescente, 5% será distribuídos aos acionistas a título de dividendo obrigatório; e (iii) o restante do lucro líquido terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **Artigo 35º.** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, pagar juros sobre o capital próprio, imputando o montante dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório (Artigo 35, § único, deste Estatuto), nos limites da lei. **Artigo 36º.** Reverter em favor da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista. **Artigo 37º.** A Companhia poderá levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir dividendos intermediários, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, se assim aprovado pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Da Liquidação.** **Artigo 38º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na legislação em vigor, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará nesse período, fixando-lhes os respectivos honorários. **§ Único.** Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em Lei. **Capítulo VIII – Das Disposições Finais.** **Artigo 39º.** A Companhia, seus acionistas, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante o TASP – Centro de Mediação e Arbitragem de São Paulo, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, conforme disposições contidas na Lei nº 6.404/76 – Lei das S.A., bem como neste Estatuto. **Artigo 40º.** O presente Estatuto Social reger-se-á pelas disposições da Lei nº 6.404/76 – Lei das S.A. e alterações posteriores. **Visto** Advogado: Ricardo Chamma Ribeiro – OAB/SP 204.996. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.557.441 em 09/10/2020. Gisela Simiema Cheschin – Secretária Geral.

## Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Informações Financeiras Consolidadas Condensadas Pro Forma Não Auditadas encerradas em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em Milhares de Reais)					
Demonstração do Resultado Consolidado Pro Forma não Auditado	Adqui-	Adqui-	Conso-		
	rente IP	rida Ajustes	pro	pro	lido
	Conso-	Down	forma	forma	forma
	olidado				
Receita operacional líquida	89.649	34.497	–	124.146	
Custo dos serviços vendidos	(44.477)	(21.677)		(66.154)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>45.172</b>	<b>12.820</b>		<b>57.992</b>	
Despesas gerais e administrativas	(21.546)	(2.351)	(4.587)	(28.484)	
Despesas comerciais e marketing	(8.140)	(201)	–	(8.341)	
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(50)	–	(31)	
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>15.505</b>	<b>10.218</b>	<b>(4.587)</b>	<b>21.136</b>	
Despesas financeiras	(1.153)	(284)	(804)	(2.241)	
Receitas financeiras	533	240	–	773	
<b>Receitas financeiras líquidas</b>	<b>(620)</b>	<b>(44)</b>	<b>(804)</b>	<b>(1.468)</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	476	–	–	476	
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>15.361</b>	<b>10.174</b>	<b>(5.391)</b>	<b>20.144</b>	
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	(3.846)	(3.212)	273	(6.785)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.580)	179	1.560	159	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.426)</b>	<b>(3.033)</b>	<b>1.833</b>	<b>(6.626)</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.935</b>	<b>7.141</b>	<b>(3.558)</b>	<b>13.518</b>	

## Notas Explicativas às Informações Financeiras Consolidadas Condensadas Pro Forma não Auditadas

**1. Descrição das transações** – A demonstração do resultado consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 reflete as transações da aquisição de 75% das ações da Top Down Consultoria e Projetos S.A. ("Top Down" ou "Adquirida"), realizada conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária na data de 02 de junho de 2021. **1.1. Sociedades envolvidas e suas atividades:** **1.1.1. Interplayers:** (a) Identificação: Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Interplayers" ou "Companhia"), sociedade por ações, com sede na Avenida Engenheiro Eusebio Stevaux, nº 1.566, Juruatuba, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob nº 05.347.060/0001-07. (b) Atividades: Companhia tem como objetivo social a prestação de serviços de: administração de redes de relacionamento no ramo farmacêutico para indústria farmacêutica, higiene pessoal e cosméticos, empresas de administração de convênios, empresas administradoras de grupos de consumidores e outros, inclusive por meios eletrônicos e internet, prestação de serviços de call center, telemarketing e teleatendimento; prestação de serviços de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas; e locação de mão de obra terceirizada;

## Relatório de Asseguração emitido por Auditor Independente sobre a Compilação de Informações Financeiras Consolidadas Condensadas Pro Forma com base no CTG 06 do Conselho Federal de Contabilidade.

Aos Conselheiros de Administração e Acionistas da Interplayers Soluções Integradas S.A. São Paulo-SP.  
Concluímos nosso trabalho de asseguarção para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma da Interplayers Soluções Integradas S.A. (a "Companhia"), elaborada sob responsabilidade de sua administração. As informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma compreende a demonstração do resultado consolidado Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas notas explicativas. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma estão especificados no CTG 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma, do Conselho Federal de Contabilidade e estão sumarizados na nota explicativa 2 que integram as informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma. As informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram compiladas pela administração da Companhia, no contexto da transação explicada na nota explicativa 1.2, para ilustrar o impacto da combinação de negócios da Top Down Consultoria de Projetos Ltda. ("Top Down"), sobre a demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como se a combinação de negócios da Top Down tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2020. Como parte desse processo, informações sobre o desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 16 de setembro de 2021. Adicionalmente, as informações sobre o desempenho operacional da Top Down foram extraídas pela administração da Companhia das demonstrações financeiras da Top Down referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria sem modificação foi emitido em 9 de setembro de 2021. **Responsabilidade da administração da companhia pelas informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma:** A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras consolidadas

prestação de serviços de promoção de vendas e merchandising de produtos; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; seleção e agenciamento de mão de obra; prestação de serviços de eventos; distribuição de material promocional; assessoria e consultoria em informática. **1.1.2. Top Down:** (a) Identificação: Top Down Consultoria e Projetos S.A. ("Top Down" ou "Adquirida"), sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Carmo, nº 71, 4º andar, Centro, CEP 20011-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.185.279/0001-07. (b) Atividades: A Top Down tem como objeto social a prestação de serviços gerais de processamento de dados, consultoria, treinamento em aplicação de computadores em áreas diversas e desenvolvimento de sistemas personalizados. **1.2. Descrição e propósito da transação:** A Interplayers é um grupo de empresas que se coloca como *hub* na área de saúde e a vinda da Top Down, aumenta a participação do Grupo na área de saúde, integrando os diversos agentes deste ecossistema, permitindo a ampliação da oferta de produtos e serviços. A Top Down é o ponto de entrada de informações adicionais para mapeamento do sistema de saúde brasileiro, sendo a principal fonte de dados para IA e Big Data, o que permite a capacitação de novas linhas de receita da área de tecnologia da saúde. O valor total da aquisição é de R\$ 48.017, distribuídos da seguinte forma: (i) R\$ 17.000 a vista, (ii) R\$ 3.017 em 90 dias, referente a parcela retida para cumprimento de condições estabelecidas em contrato e ajuste de preço; (iii) R\$ 19.000 a serem pagos em 2022, 2023 e 2024, e (iv) R\$ 9.000 como preço retido em favor da compradora com relação a indenização assumida pela vendedora e que será pago até 2026 ou até a solução da demanda. As parcelas do Preço de Compra serão atualizadas pela variação de 100% (cem por cento) do CDI, desde a Data de Fechamento até a data de efetivo pagamento de cada uma das parcelas. A demonstração de resultado consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 reflete as transações da Adquirida como se a aquisição tivesse sido realizada em 01 de janeiro de 2020. **2. Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma** – As informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram elaboradas em observância as normas brasileiras de contabilidade, especificamente a CTG06 – Apresentação de Demonstrações Financeiras Pro Forma" de 19 de abril de 2013, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras históricas referentes à Companhia utilizadas na elaboração destas informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 auditadas, cujos relatórios de auditoria dos auditores independentes, datados de 16 de setembro de 2021, respectivamente, não contém ressalva. As demonstrações financeiras históricas referentes à Adquirida utilizadas na elaboração destas informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão

de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 auditadas, cujos relatórios de auditoria dos auditores independentes, datados de 16 de setembro de 2021, respectivamente, não contém ressalva. Estas informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das empresas envolvidas. A demonstração do resultado consolidada Pro Forma reflete os efeitos da aquisição de 75% do capital social da Adquirida em nossos resultados como se a referida aquisição tivesse acontecido em 1º de janeiro de 2020. **3. Ajustes Pro Forma** – As informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada Empresa e os ajustes Pro Forma foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os seguintes ajustes: (a) **Despesas gerais e administrativas:** Reflete a amortização dos ativos intangíveis identificados e alocados como custo de aquisição aos ativos e passivos, como se a aquisição da Adquirida tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2020. O valor de R\$ 4.587 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, alocada as despesas gerais e administrativas.

Ativo intangível	Valor	Prazo vida útil	Amortização do período
<b>Carteira de Clientes</b>	7.089	76 meses	1.119
<b>Software</b>	11.754	60 meses	2.351
<b>Marca</b>	3.739	60 meses	748
<b>Não Concorrência</b>	1.844	60 meses	369
	<b>24.426</b>		<b>4.587</b>

A amortização foi calculada com base na vida útil estimada dos intangíveis identificados considerando a vida útil remanescente estimada entre 5 e 7 anos conforme determinado no relatório de alocação do preço de compra. (b) **Despesas de juros sobre a contraprestação da adquirida:** O pagamento da contraprestação da transação ocorreu no ato, 90 dias e do 1º ao 5º aniversário conforme exposto no item 1.2, desta forma, o ajuste Pro Forma reflete a atualização monetária sobre o saldo do contas a pagar por aquisição da subsidiária para os 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 804. (c) **Despesa de imposto de renda e contribuição social:** Reflete o efeito do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos calculados às alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada), respectivamente, sobre os ajustes Pro Forma anteriormente descritos. O valor para o para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para o imposto de renda e contribuição social correntes que reflete o efeito das despesas financeiras é de R\$ 273. O efeito sobre a amortização dos ativos intangíveis sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$ 1.560.

## Administração

Arnaldo José Lewis e Sá Filho – Diretor Presidente

Carlos Alberto de Castro Dutra – CEO

Luciana A. da Paixão – Contadora CRC 1SP 248.028/O-1

## Compensadas Pro Forma incluídas em Prospecto

incluídas no prospecto é a de exclusivamente ilustrar o impacto do evento relevante sobre as informações financeiras históricas da Companhia, como se o evento tivesse ocorrido na data anterior selecionada para propósito ilustrativo. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguarção de que o resultado real do evento em 31 de dezembro de 2020 teria sido conforme apresentado. Um trabalho de asseguarção razoável sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma oferecem base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis ao evento ou à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se: • os correspondentes ajustes Pro Forma proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e • as informações financeiras Pro Forma refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia e sobre a natureza do evento ou da transação com relação à qual as informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a compilação das informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma. Opinião: Em nossa opinião, as informações financeiras consolidadas condensadas Pro Forma foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base no CTG 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma.

São Paulo, 16 de setembro de 2021.

Ernst & Young  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 034.519/O-6Luís Carlos Marques  
Contador  
CRC 1SP 147.693/O-5

## Bolsas de NY fecham mistas, com Treasuries provocando rotação de techs para bancos

As bolsas de Nova York fecharam nesta terça-feira, 23, com a escalada dos juros dos Treasuries provocando uma rotação de ações do setor de tecnologia em direção ao financeiro. O movimento na renda fixa responde a ajustes nas expectativas para elevação da taxa básica de juros nos Estados Unidos, um dia após o presidente americano, Joe Biden, indicar Jerome Powell a um segundo mandato à frente do Federal Reserve (Fed), o banco central americano).

De acordo com dados preliminares, o Dow Jones fechou em alta de 0,55%, a 35.813,80 pontos, o S&P 500 subiu 0,17%, a 4.690,70 pontos, enquanto o Nasdaq caiu 0,50%, a 15.775,14 pontos.

Para a LPL Markets, o presidente Joe Biden escolheu a continuidade e a familiaridade com as nomeações para o Fed.

IstoéDinheiro

**Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.**

CNPJ/ME nº 13.743.550/0001-42 – NIRE 35.300.457.323

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2021**

**Data, Hora e Local:** 28/10/2021, às 10h00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. **André Neris de Souza** – Presidente; Sr. **Marcos da Silva Siqueira** – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia:** 1ª) Aprovado a proposta de aumento do capital social da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia é aumentado de R\$ 1.261.391.077,00, para R\$ 1.305.472.287,00, aumento este no valor de R\$ 44.081.210,00, mediante a emissão de 25.104.250 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, com preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 25.104.250,00 e 18.976.960 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, com preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 18.976.960,00. Tal aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela acionista **Ascenty Holding Brasil S.A.**, de acordo com o Boletim de Subscrição juntado à presente Ata como **Anexo 1**. Em razão do aumento do capital social da Companhia, a acionista aprovou a seguinte nova redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia: "Artigo 5º. O capital social é de R\$ 1.305.472.287,00, dividido e representado por 743.505.836 ações ordinárias e 561.966.451 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Exceto se de outra forma disposto no presente Estatuto Social, as decisões das acionistas serão tomadas por maioria absoluta de votos, ou seja, os votos correspondentes a mais da metade do capital social. § 2º. As ações preferenciais não conferirão a seu(s) titular(es) o direito a voto, porém serão assegurados os seguintes direitos às ações preferenciais: (a) prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de dissolução e liquidação da Companhia; (b) conversão voluntária das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, exceto no caso de conversão automática de ações preferenciais em ações ordinárias na eventualidade de uma abertura de capital, de acordo com este Estatuto Social, desde que seja aprovada por acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social; e (c) direito à distribuição de dividendos nas mesmas proporções, condições e montantes aplicáveis às ações ordinárias. § 3º. Mediante deliberação da Assembleia Geral, poderão ser criadas novas classes de ações. § 4º. É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. § 5º. As ações são indivisíveis com relação à Companhia. § 6º. A totalidade das ações de emissão da Companhia estão alienadas fiduciariamente e sujeitas a restrições de transferência, de oneração e de voto, na forma prevista no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças – Ascenty Data Centers" firmado em 20/12/2018, entre, Digital Stellar Holding, LLC, Digital Stellar Sub, LLC, TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., e a companhia (conforme alterado de tempos em tempos, "Contrato de Alienação Fiduciária"), do qual uma cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Até a integral quitação das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), tais ações deverão sempre corresponder a 100% do capital social total da Companhia"; 2ª) A acionista deliberou sobre e neste ato autoriza a Companhia a remeter o valor de US\$ 7.900.000,00 para fins de aumento do capital social da sua subsidiária, **Ascenty Chile S.p.A.**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da República do Chile autorizando os seus administradores a contratarem o câmbio de tal valor perante banco(s) ou corretor(es) de câmbio autorizado(s) a realizar operações de câmbio; e 3ª) A acionista deliberou e aprovou a ratificação, ratificação e consolidação do Estatuto Social da Companhia em virtude de o texto do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia consolidado na Assembleia Geral Extraordinária de 21/07/2021 estar incorreto. Desta forma, o Estatuto Social consolidado da Companhia passa a ser o que consta do Anexo 2 da presente Ata (com o texto do Artigo 5º aprovado de acordo com o item 1 da presente Ata). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Vinhedo-SP, 28/10/2021. Assinaturas: **André Neris de Souza** – Presidente; **Marcos da Silva Siqueira** – Secretário. JUCESP – Registrado sob nº 541.547/21-5 em 09/11/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Diálogo Engenharia e Construção S.A.**

CNPJ/ME nº 57.132.417/0001-25 – NIRE 35.300.559.878

**Ata de Reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2021**

**Data, Hora e Local:** 10/11/2021, às 09h, na sede social da Companhia, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 11º andar, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, foram dispensadas as formalidades de convocação. **Mesa:** Sr. Edgard Karnick Nahas, Presidente; e Sra. Vivian Karnick Nahas, Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) aprovar, ou não, a cessão dos créditos decorrentes da comercialização de unidades autônomas por meio de "Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel, com Transação e Pacto Adjetivo de sua Alienação Fiduciária em Garantia" ("Contratos de Compra e Venda Performados"), bem como por meio de "Promessas de Venda e Compra e outras Avenças" ("Contratos de Compra e Venda Não Performados"), quando em conjunto dos Contratos de Compra e Venda Performados, "Contratos de Compra e Venda", para a **Planeta Securitizadora S.A.**, com sede na Rua Ministro Jesuino Cardoso, 633, 8º andar, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ 07.587.384/0001-30 ("Securitizadora") através da celebração de "Instrumento Particular de Contrato de Cessão sem Coobrigação de Créditos Imobiliários e Outras Avenças" ("Cessão de Créditos" e "Contrato de Cessão", respectivamente), sendo certo que, posteriormente, a Securitizadora irá emitir cédulas de crédito imobiliário integrais, sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária ("CCI") para representar a totalidade dos créditos imobiliários, decorrentes dos Contratos de Compra e Venda por meio do "Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais, sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural" ("Escritura de Emissão de CCI"), e que serão vinculadas à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 207ª Série ("CRI Sênior Performado") e 208ª Série ("CRI Subordinado Performado"), que quando em conjunto com o CRI Sênior Performado, "CRI Performado", 209ª Série ("CRI Sênior Não Performado") e 210ª Série ("CRI Subordinado Não Performado"), que quando em conjunto com o CRI Sênior Não Performado, "CRI Não Performado" da 4ª Emissão da Securitizadora ("Emissão"), na forma do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 207ª, 208ª, 209ª e 210ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Planeta Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização"), e de acordo com a Lei 9.514, de 20/11/1997 ("Lei 9.514/97"), sendo que os CRI serão ofertados publicamente com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16/01/2009 ("Instrução CVM 476/09"), e em conjunto com as etapas descritas nos itens acima, a "Operação"; (ii) autorizar, ou não, (a) os Diretores da Companhia negociarem todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Cessão de Créditos e Operação; e (b) praticar todos os atos, bem como assinar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão e da Cessão de Créditos ("Documentos"). **Deliberações:** Foi deliberado pelos Acionistas, por unanimidade e sem reservas: (i) aprovar a Cessão dos Créditos para a Securitizadora através da celebração de Contrato de Cessão, sendo certo que, posteriormente, a Securitizadora irá emitir CCI para representar a totalidade dos créditos imobiliários, decorrentes dos Contratos de Compra e Venda por meio da Escritura de Emissão de CCI, e que serão vinculadas à emissão de CRI das 207ª Série, 208ª Série, 209ª Série e 210ª Série da 4ª Emissão da Securitizadora, na forma do Termo de Securitização, e de acordo com a Lei 9.514/97, sendo que os CRI serão ofertados publicamente com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476/09; (ii) em razão da deliberação acima, autorizar a Diretoria da Companhia a: (a) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Cessão de Créditos, podendo, inclusive, assinar os Documentos, bem como instrumentos necessários à consecução da Emissão e da Cessão de Créditos, inclusive eventuais aditamentos; e (b) praticar todos os atos necessários a consecução da Emissão e da Cessão de Créditos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme e aprovada pelos presentes. São Paulo, 10/11/2021. Assinaturas: **Mesa:** Edgard Karnick Nahas – Presidente; e Vivian Karnick Nahas – Secretária. **Conselheiros presentes:** Edgard Karnick Nahas, Vivian Karnick Nahas, Guilherme Sallum Nahas, Alexandre Sallum Nahas, Silvana Gubeissi Sallum Nahas e Carlos Pinto del Mar.

**DÓLAR**

compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$  
5,6450 / R\$ 5,6456 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 5,6060 / R\$ 5,6080 \*  
Turismo - R\$ 5,6330 /  
R\$ 5,7600

(\*) cotação média do mercado  
(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado  
no dia: 0,25%

**OURO BM&F**

R\$ 318,500

**BOLSAS**

B3 (Ibovespa)  
Variação: 1,50%  
Pontos: 103.653  
Volume financeiro:  
R\$ 30,786 bilhões  
Maiores altas: Braskem  
PN (6,68%), Petrobras  
PN (5,46%), PetroRio  
ON (5,29%)  
Maiores baixas: Méli-  
uz ON (-5,43%), Totvs  
ON (-4,98%), Petz ON  
(-4,02%)

S&P 500 (Nova York):  
0,17%  
Dow Jones (Nova York):  
0,55%  
Nasdaq (Nova York):  
-0,50%  
CAC 40 (Paris): -0,85%  
Dax 30 (Frankfurt):  
-1,11%  
Financial 100 (Londres):  
0,15%  
Nikkei 225 (Tóquio):  
0,09%  
Hang Seng (Hong Kong):  
-1,20%  
Shanghai Composite  
(Xangai): 0,20%  
CSI 300 (Xangai e  
Shenzhen): 0,02%  
Merval (Buenos Aires):  
-2,25%  
IPC (México): 1,23%

**Global Web Outsourcing do Brasil S.A.**

CNPJ/ME: 12.130.013/0001-64 – NIRE: 35.300.563.051

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2021**

**Data, Hora e Local:** 16/08/2021, às 10 horas, na Avenida Vojiro Takaoka, nº 4384, Conjunto 1010, Santana de Parnaíba-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, Paulo César Lopes Zeredo; Secretária, Tatiane Araújo Pereira. **Deliberações:** Por unanimidade: 1. Aprovar a alteração do Artigo 15º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 15º. A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura: (i) 1 Diretor isoladamente, ou, ainda de 1 procurador nomeado por 2 Diretores em conjunto, na forma dos parágrafos deste artigo. § 1º. Os seguintes atos dos administradores, nomeados diretores, somente poderão ser praticados mediante prévia aprovação dos sócios detentores de no mínimo 70% do capital social: a) A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados; e b) A constituição de procuradores "ad judicium" para o preparo ou propositura de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e c) A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentar-las. § 2º. Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% do capital social: a) A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou oneração da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia; b) A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social; c) O aumento de capital social; d) A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia; e) A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus nos ativos da Companhia; e f) A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedam 12 meses. § 3º. A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelos Diretores, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 ano, com exceção das procurações (i) com poderes ad judicium, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata. São Paulo-SP, 16/08/2021. Assinaturas: **Mesa:** Paulo César Lopes Zeredo, Presidente; Tatiane Araújo Pereira, Secretária. JUCESP – Registro sob nº 506.379/21-8 em 18/10/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Global Web Outsourcing do Brasil S.A.**

CNPJ/ME nº 12.130.013/0001-64 – NIRE 35.300.563.051

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2021**

**Data, Hora e Local:** 17/09/2021, às 10 horas, na sede, na Avenida Vojiro Takaoka, nº 4384, Conjunto 1010, Alphaville, Santana de Parnaíba-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretária, Tatiane Araújo Pereira. **Deliberações:** Por unanimidade: (i) Autorizar a lavratura desta ata na forma de sumário; (ii) Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **Paulo César Lopes Zeredo**, ao cargo de Diretor. O Diretor ora renunciante e a Companhia outorgam-se, mútua e reciprocamente, a mais plena, rasa e irrevogável quitação aos valores a ele eventualmente devidos, para nada mais reclamarem um do outro seja a que título for; (iii) Reeleger para o cargo de Diretora a Sra. **Tatiane Araújo Pereira**, RG nº 2.186.244 SSP/DF e CPF/ME nº 007.291.271-50; e eleger para o cargo de Diretora a Sra. **Karina Boner Léo Silva**, RG nº 2.330.861 SSP/DF e CPF/ME nº 003.064.231-03, ambas com mandato de 02 anos. As Diretoras declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que as impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata. Santana de Parnaíba-SP, 17/09/2021. Assinaturas: **Mesa:** Bruna Boner Léo Silva, Presidente; Tatiane Araújo Pereira, Secretária. **Acionistas:** Bruna Boner Léo Silva; FR Empreendimentos e Participações EIRELI por Fernando Antônio Fontes Rodrigues; Galaxia S/A por Bruna Boner Léo Silva e Tatiane Araújo Pereira; Midori Participações Societárias e Holding Ltda. por Paulo César Lopes Zeredo. JUCESP – Registro sob nº 515.287/21-0 em 27/10/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**BSI Capital Securitizadora S.A.**

CNPJ/ME nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

**Editais de Convocação da Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão**

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários Seniores e Subordinados das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores", "CRI" e "Emissora"), a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário") e a Hestia Incorporações Imobiliárias S.A., CNPJ/ME nº 11.740.868/0001-44 ("Devedora") estão convocados a se reunirem à Assembleia Geral dos Titulares de CRI ("AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, em 14/12/2021, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico pela plataforma Teams, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI àqueles que enviarem solicitação para amanda.melo@bsicapital.com.br, administrado pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 625, de 14/05/2020 ("ICVM 625") para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovar a liquidação do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização) dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão da Emissora ("CRI"), nos termos da Cláusula 8.2, itens "f" e "n", do Termo de Securitização, firmado em 14/03/2014, conforme aditado em 17/03/2014, em 28/03/2014 e em 03/02/2015, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, tendo em vista o inadimplemento por parte da Devedora das obrigações constantes dos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização); (ii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar, nos termos da Cláusula 8.3.1 do Termo de Securitização e do artigo 14, § 1º da Lei nº 9.514, de 20/11/1997, (a) a nomeação do [Titular dos CRI Sênior], como liquidante do Patrimônio Separado; e (b) a transferência, ao Titular dos CRI dos créditos imobiliários oriundos do "Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural", firmado em 14/03/2014, entre a Devedora e **Domus Companhia Hipotecária**, instituição financeira (em liquidação extrajudicial), com sede em Rio de Janeiro-RJ, na Rua Cambaúba, nº 364, Jardim Guanabara, CNPJ/MF sob 10.372.647/0001-06 ("Instituição Custodiante") ("Escritura de Emissão"), bem como dos demais bens e direitos que integram o Patrimônio Separado do CRI eventualmente não realizados, por meio do instrumento de Dação em Pagamento; sendo certo que, após a quitação integral dos CRI Sênior, eventual saldo deverá ser destinado ao Titular dos CRI Subordinados; (iii) caso aprovado o item (i) acima, autorizar a Securitizadora a tomar todas as medidas para encerrar as Contas Centralizadas (conforme definida no Termo de Securitização) e distritar o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário celebrado com o Banco Bradesco S.A. em 26/01/2015; (iv) caso aprovado o item (i) acima, considerando a modificação da titularidade dos direitos discutidos nos processos judiciais listados no Anexo II da presente ata bem como eventuais futuros processos em que a Emissora figure como parte, devendo o [Titular dos CRI Sênior] tomar todas as medidas necessárias para a sucessão processual da Emissora pelo [Titular dos CRI Sênior], assumindo o [Titular dos CRI Sênior] a responsabilidade para oferecer garantias, bem como assumir diretamente todos e quaisquer custos e despesas incorridos com relação a todos os processos existentes e futuros, incluindo, mas não se limitando, a honorários advocatícios, honorários de sucumbência, multas, taxas e penalidades processuais, bem como quaisquer outros custos ou despesas decorrentes de decisões judiciais ou ações de terceiros relacionadas a tais ações; (v) caso aprovado o item (i) acima, aprovar a isenção de qualquer responsabilidade da Emissora e do Agente Fiduciário com relação aos Documentos da Operação, com a consequente transferência dos processos judiciais listados no Anexo II à presente ata, bem como eventuais futuros processos em que a Emissora figure como parte, tendo em vista a liquidação do Patrimônio Separado, sempre reembolsando a Emissora e/ou o Agente Fiduciário sempre que os custos e/ou despesas indicados no item (iv) acima não puderem ser assumidos diretamente pelo [Titular dos CRI Sênior]. Os protocolos para transferência dos processos judiciais deverão ser realizados em um prazo máximo de 30 dias, contados a partir desta data e eventuais processos créditos futuros dentro do mesmo prazo, respeitando os prazos processuais caso sejam menores; (vi) caso aprovado o item (i) acima, o [Titular dos CRI Sênior], deverá assumir diretamente a responsabilidade por todos e quaisquer custos e despesas decorrentes das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando, a honorários advocatícios, taxas de cartórios, penalidades, etc.; e (vii) caso aprovado o item (i) acima, autorizar a Emissora a contratar TozziniFreire Advogados, na qualidade de assessor legal, para a elaboração dos aditamentos aos Documentos da Operação, bem como eventuais termos de dação em pagamento, visando refletir as alterações aprovadas pelos Titulares dos CRI, às expensas da Devedora, dentro do prazo de 15 dias corridos, contados desta data; Haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções disponíveis no site da Emissora (www.bsicapital.com.br) e do Agente Fiduciário a todos os Investidores (www.fiduciario.com.br), no seu website. Os Titulares de CRI que fizerem o envio da instrução de voto e esta for considerada válida, em até 02 dias úteis antecedentes à realização da AGT, não precisarão acessar o link para participação digital da AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática, sem prejuízo da possibilidade de ingresso, nos termos do §4º do Artigo 3º da ICVM 625. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI devem encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação, em até 02 dias úteis antecedentes à realização da AGT, ora convocada, para os e-mails amanda.melo@bsicapital.com.br e fiduciario@trusteedtm.com.br, bem como demais documentos necessários para a comprovação de titularidade devidamente assinados e com firma reconhecida ou com certificação digital de assinaturas. **Informações Adicionais:** A Assembleia será realizada através de sistema eletrônico, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debituristas que enviarem, para o endereço eletrônico para os e-mails amanda.melo@bsicapital.com.br e fiduciario@trusteedtm.com.br, com cópia para o endereço eletrônico fiduciario@trusteedtm.com.br, preferencialmente, até 2 dias antes da data de realização da Assembleia, observado o disposto na Instrução CVM 625: (i) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular; (ii) quando pessoa jurídica, atos societários e documentos pessoais e de representação. (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debiturista incluindo ata de eleição da diretoria e ata de eleição do conselho de administração, se instalado; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, bem como, documentos pessoais e de representação, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debituristas indicados nos itens "i" a "iii" acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, este deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. São Bernardo do Campo, 19/11/2021. **Ricardo Elson do Carmo** – Diretor de Relações com Investidores. (23, 24 e 25/11/2021)

**Data Mercantil**

A melhor opção para sua empresa

**Cotação das moedas**

Coroa (Suécia) - 0,6254	Peso (Chile) - 0,006956
Dólar (EUA) - 5,6456	Peso (México) - 0,2654
Franco (Suíça) - 6,0556	Peso (Uruguai) - 0,1281
Iene (Japão) - 0,04911	Yuan (China) - 0,8834
Libra (Inglaterra) - 7,5493	Rublo (Rússia) - 0,07526
Peso (Argentina) - 0,05612	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3603



## Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "Interplayers") e suas controladas, controladas em conjunto (referidas como "Grupo Interplayers") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios sociais findos em 30/06/2021. **Mensagem da Diretoria Executiva:** Mais uma vez, tivemos um período extremamente impactado pela pandemia de COVID-19, com forte aceleração de casos e mortes no Brasil no 2º trimestre de 2021 e uma velocidade de vacinação da população brasileira ainda abaixo do esperado como razoável para que fossem sentidos os efeitos práticos da redução dos impactos da pandemia. Apesar disso, a companhia manteve sua rota de crescimento fundamentada no seu posicionamento como HUB de Negócios da Saúde e Bem-Estar, integrando os diversos players do ecossistema de saúde, com suas plataformas de B2B, B2B2C, Health Care e Supply, baseadas nas mais modernas tecnologias digitais. Destacamos como fato relevante a aquisição majoritária das cotas da maior empresa de soluções para tecnologia de planos de saúde, a TopDown Sistemas, empresa que há mais de 30 anos atua neste mercado. Esta aquisição reforça nosso compromisso de atuar em todo o ecossistema de saúde através do Hub Interplayers, oferecendo para nossos parceiros

soluções cada vez mais completas, sinérgicas e robustas. Também realizamos neste período 2 investimentos minoritários em empresas que oferecem soluções complementares ao nosso campo de atuação, a Conecta Médico, que atua na área de telemedicina, e a Síntese, que oferece uma plataforma de compras para hospitais, caracterizando-se como M&A's de escopo dentro do nosso modelo ambidestro de atuação. Neste período, apuramos resultados que, quando comparados com o 1º semestre do ano anterior, mostram um forte crescimento das vendas líquidas, atingindo R\$ 61,6 milhões.

**R\$ Milhões**

	31/06/2020	31/06/2021	Varição
Receita Líquida	42,4	61,6	45,4%

Assim, a Interplayers mantém seu compromisso de entregar a acionistas, colaboradores, clientes e sociedade resultados consistentes com sua estratégia de crescimento saudável, democratizando o acesso a saúde para todos os brasileiros. **Perfil:** Tendo iniciado suas atividades em 2002, a Interplayers tem por objetivo tornar-se o mais importante núcleo de integração e prestação de serviços no setor de saúde, tendo como lema a valorização das empresas especialistas do mercado, dentre os múltiplos processos demandados pelos potenciais clientes. Referência em modelos de negócio, se mantém e se orienta como "O Hub de Negócios da Saúde e Bem-Estar", com forte ênfase na jornada do consumidor e paciente e amplo relaciona-

mento com todos os elos da cadeia. **Nossa Missão** – integrar a cadeia de valor na área de saúde e bem-estar; **Nosso Propósito** – melhorar o acesso a saúde e bem-estar. **Cenário Econômico e Setorial:** Em que pese a instabilidade percebida no ambiente econômico por consequência da pandemia, notamos um indicio de recuperação econômica no país, que tem colaborado para que o setor de saúde se mantenha com níveis de crescimento acima do PIB. Acreditamos que nossas soluções baseadas em tecnologia digital continuarão com forte demanda no país por possibilitarem a inclusão de cada vez mais brasileiros no acesso aos medicamentos e serviços de saúde. **Recursos Humanos:** Continuamos oferecendo aos nossos colaboradores toda a segurança necessária a este momento desafiador, tanto aos que estão em home-office, quanto aqueles que já retornaram ao trabalho presencial. Além disso, oferecemos a aqueles que necessitam e desejam um acompanhamento especializado para diminuir o stress decorrente da pandemia a que todos temos sido submetidos. Conseguimos incrementar o número de colaboradores neste período, reforçando nosso compromisso com políticas sociais voltadas a manutenção dos níveis de emprego no país. **Desempenho Econômico Financeiro:** Destacamos, conforme já comentado anteriormente, o sólido crescimento das receitas e do resultado da empresa, reforçando nosso desejo de cada vez mais ocuparmos um espaço de destaque como a empresa líder no ecossistema de saúde e bem-estar.

**R\$ Milhões**

	31/06/2020	31/06/2021	Varição
Receita Líquida	42,4	61,6	45,4%
Custos dos Serviços Vendidos	(22,7)	(27,7)	22,5%
Lucro Bruto	19,7	33,9	71,7%

**Relacionamento com Auditores:** A Interplayers utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes (EY) para auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 30/06/2021. Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, o Grupo adota como procedimento formal, previamente à contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente, fundamentar-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Neste sentido, no exercício findo em 30/06/2021, não foram contratados serviços adicionais. Nossos auditores independentes declararam à Administração nada haver que pudesse afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021		31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.968	18.324	14.654	12	44	91	44	91
Contas a receber de clientes	7	21.242	23.084	27.505	24.b	485	460	764	460
Impostos a recuperar	8.a	4.909	1.295	6.235	15	8.541	–	8.540	–
Outras contas a receber		1.442	762	1.461	13	2.061	2.784	3.051	2.785
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>35.561</b>	<b>43.465</b>	<b>49.855</b>	<b>44.382</b>	<b>25</b>	<b>1.003</b>	<b>154</b>	<b>603</b>	<b>154</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>14</b>	<b>12.982</b>	<b>10.809</b>	<b>16.922</b>	<b>10.815</b>
Impostos a recuperar	8.a	603	600	621	8.b	6.855	2.801	8.265	2.801
Depósitos judiciais	16.b	187	437	2.654			84	591	937
Ativo fiscal diferido, líquido	19.b	3.700	5.246	4.681	17.b	2.886	2.484	5.567	2.484
Investimentos	9	51.424	2.746	3.025			34.941	20.174	44.693
Imobilizado	10	3.482	3.293	3.955	24.b	3.751	3.962	4.140	3.962
Intangível	11	25.286	23.196	73.807	15	22.563	–	22.563	–
Direito de uso em arrendamento	24.a	3.812	4.090	4.381	8.b	1.909	2.375	1.913	2.375
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>88.494</b>	<b>39.608</b>	<b>93.124</b>	<b>38.698</b>	<b>16</b>	<b>1.165</b>	<b>1.032</b>	<b>8.551</b>	<b>1.032</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>124.055</b>	<b>83.073</b>	<b>142.979</b>	<b>83.080</b>	<b>29.388</b>	<b>7.369</b>	<b>37.167</b>	<b>7.369</b>	<b>7.369</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Períodos findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 (Em milhares reais)	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Resultado líquido do período	10.613	2.718	10.570	2.718
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>10.613</b>	<b>2.718</b>	<b>10.570</b>	<b>2.718</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Períodos findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de incorporação	Reserva legal	Reserva para investimentos				
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>37.433</b>	<b>10.307</b>	<b>876</b>	<b>–</b>	<b>(537)</b>	<b>48.616</b>	<b>–</b>	<b>48.616</b>
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(537)	–	(537)
Resultado líquido do período	–	–	–	–	2.718	2.718	–	2.718
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	–	(2.718)	–	–	–
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>37.433</b>	<b>10.307</b>	<b>876</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>50.797</b>	<b>–</b>	<b>50.797</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>37.433</b>	<b>10.307</b>	<b>1.373</b>	<b>6.417</b>	<b>–</b>	<b>55.530</b>	<b>–</b>	<b>55.530</b>
Aumento de capital com reserva de incorporação	10.307	(10.307)	–	–	–	–	–	–
Dividendos adicionais	–	–	–	–	(6.417)	(6.417)	–	(6.417)
Resultado líquido do período	–	–	–	–	10.613	10.613	(43)	10.570
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	–	(10.613)	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	1.436	1.436
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>47.740</b>	<b>–</b>	<b>1.373</b>	<b>10.613</b>	<b>–</b>	<b>59.726</b>	<b>1.393</b>	<b>61.119</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração do Valor Adicionado – Períodos findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 (Em reais)

	Controladora		Consolidado		Receitas financeiras	Valor adicionado total a distribuir	Distribuição do valor adicionado
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020			
Receitas	61.277	43.478	64.211	43.544	520	286	530
Vendas de serviços	61.282	43.786	64.229	43.852	(47.875)	(29.960)	(49.954)
Outras receitas	15	12	2	12	(26.587)	(22.175)	(28.665)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(Constituição)	(20)	(320)	(20)	(320)	(21.412)	(17.345)	(23.114)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, PIS e COFINS)	(11.212)	(10.893)	(12.176)	(10.898)	(3.844)	(3.615)	(4.124)
Custos dos serviços vendidos	(2.526)	(2.145)	(2.531)	(2.145)	(1.331)	(1.215)	(1.427)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.060)	(7.716)	(8.950)	(7.721)	(9.835)	(4.643)	(9.855)
Perda/Recuperação de valores ativos	(248)	(886)	(273)	(886)	(9.831)	(4.597)	(9.842)
Outras	(378)	(146)	(422)	(146)	(4)	(46)	(13)
Valor adicional bruto	50.065	32.585	52.035	32.646	(840)	(424)	(864)
Depreciação e amortização	(2.372)	(2.748)	(2.800)	(2.748)	(840)	(424)	(864)
Valor adicionado líquido produzidos pela entidade	47.693	29.837	49.235	29.898	(10.613)	(2.718)	(10.570)
Valor adicionado recebido em transferência	182	123	719	317	(10.613)	(2.718)	(10.613)
Resultado de equivalência patrimonial	(338)	(163)	189	22	–	–	43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

**1. Contexto operacional** – A Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "Interplayers"), possui sede na Avenida Engenheiro Eusebio Stevau, nº 1.566, Jurubatuba, São Paulo, Estado de São Paulo. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 30/06/2021 abrangem a Companhia e suas controladas, e investimentos em empresas coligadas (conjuntamente referidas como "o Grupo") e individualmente como "entidades do Grupo" descritas na Nota Explicativa nº 5. O Grupo tem como objetivo social a prestação de serviços de: • Administração de redes de relacionamento no ramo farmacêutico para indústria farmacêutica, higiene pessoais e cosméticos, empresas de administração de convênios, empresas administradoras de grupos de consumidores e outros, inclusive por meios eletrônicos e internet; • Prestação de serviços de call center, telemarketing e teleshopping; • Prestação de serviços de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas; e • Locação de mão de obra terceirizada; prestação de serviços de promoção de vendas e merchandising de produtos; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; seleção e agenciamento de mão de obra; prestação de serviços de eventos; distribuição de material promocional; assessoria e consultoria em informática. **2. Base de preparação** – a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 16/09/2021. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c) **Impactos da Covid nas Demonstrações Financeiras:** A dinâmica social e econômica mundial sofreram fortes alterações em 2020, resultado da pandemia de Covid-19, motivando reações de governos e bancos centrais, incluindo o Brasil, com pacotes de ajuda e estímulos de modo a atenuar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia, ainda que provoquem volatilidade nos mercados e nas perspectivas econômicas para 2021. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial aos eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas a efeito entre as medidas adotadas pela companhia destacamos: (i) adoção a prática do trabalho remoto (home office). Criação de um canal direto para garantir que todos os colaboradores estivessem devidamente equipados e trabalhando de forma adequada, criação de um processo de comunicação com orientações para proporcionar ao colaborador uma melhor adaptação no trabalho em casa. E encontros virtuais para debater temas atuais, bem como momentos de descontração, tudo em um ambiente virtual e seguro. (ii) O desenvolvimento de soluções tecnológicas na área da saúde, como a Telemedicina, não é algo que surgiu a partir da pandemia do Covid-19, que só fez com que o assunto retornasse à pauta de maneira prioritária. Com o isolamento social como forma de evitar uma propagação maior do vírus e para manter o bom gerenciamento da saúde da população, a telemedicina foi reconhecida no País, em caráter excepcional, pelo Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde, conforme Lei nº 13.989 de 16/04/2020. A regulamentação é válida apenas durante o período de emergência da pandemia, mas a expectativa do mercado é a de que se mantenha posteriormente. O Grupo continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e até o momento não sofreu impacto financeiro material. **Análise de impactos nas demonstrações financeiras:** Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP nº 02/2020 e nº 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque: i. **Avaliação de provisão para perda esperada:** A Companhia avalia com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando perdas históricas, expectativa de recebimento dos títulos, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas. ii. **Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada:** A Companhia avaliou as premissas e indicadores de recuperabilidade de seus ativos para a unidade geradora de caixa da empresa e não identificou mudanças significativas em relação ao teste de impairment realizado para o exercício findo em 31/12/2020. iii. **Recuperabilidade dos tributos diferidos:** A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pelo Covid-19, não afetou as projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo a recuperabilidade de créditos nos próximos anos. d) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. e) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é neces-

sário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. f) **Continuidade operacional:** Em 30/06/2021 e 31/12/2020 com base nos fatos e circunstâncias existentes nestas datas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **3. Principais políticas contábeis** – O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 30/06/2021. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhes garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia periodicamente se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ação) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a eles). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é registrada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ativo. Passivo e Resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obter controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. b) **Receita operacional:** As receitas do Grupo têm origem no licenciamento de uso de software e na prestação de serviços de consultoria e treinamento em informática, mensageria e call center. O licenciamento de uso de software compreende na disponibilização aos clientes, das soluções tecnológicas pertencentes a Empresa. A mensageria consiste na disponibilização aos clientes, de uma plataforma para troca de mensagens entre sistemas e pessoas. Os serviços de call center tratam-se da oferta de estrutura física – como espaço físico, computadores etc – estrutura tecnológica – como sistemas e processos – e recursos humanos, para atendimento telefônico utilizado pelos contratantes principalmente para atendimento de seus clientes ou colaboradores. As consultorias em informática referem-se à prestação serviços técnicos especializados, de forma a suportar e/ou orientar os clientes quanto às suas demandas de tecnologia. Os treinamentos em informática compreendem o preparo e instruções dos clientes quanto ao uso das soluções tecnológicas disponibilizadas pela Companhia. Os treinamentos podem ocorrer durante a implantação de uma solução, ou a qualquer momento, por solicitação do Cliente. Os reconhecimentos das receitas acontecem de duas formas distintas: 1. As receitas advindas do licenciamento de uso de software, Mensageria e Call Center são registradas tão logo sejam atingidas todas as seguintes situações: • A assinatura do contrato e a disponibilização dos recursos para o cliente; • O valor das transações possa ser mensurado de maneira confiável, de acordo com as definições contratuais; • Todos os riscos e benefícios inerentes a operação, sejam transferidos para o adquirente; • Existam benefícios econômicos prováveis gerados em

favor da Companhia. Essas receitas são reconhecidas mensalmente, pelo período de vigência do contrato comercial. 2. Os serviços de consultoria e treinamento em informática tem suas receitas reconhecidas no resultado mensalmente, diretamente à medida que os serviços são prestados. Os registros de todas essas operações são efetuados de acordo com o regime de competência. c) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. d) **Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. f) **Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. g) **Imposto de renda e contribuição social:** (i) **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do período entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamento estratégico, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para

## A Administração

## Demonstrações dos Resultados

Períodos findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 (Em milhares de reais)	Controladora				Consolidado
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	
Receita operacional líquida	20	58.829	42.320	61.631	42.386
Custo dos serviços vendidos	21	(24.934)	(22.600)	(27.742)	(22.653)
<b>Lucro bruto</b>	<b>21</b>	<b>33.895</b>	<b>19.720</b>	<b>33.889</b>	<b>19.733</b>
Despesas gerais e administrativas	21	(13.345)	(10.696)	(14.040)	(10.901)
Despesas comerciais e marketing	21	(3.389)	(4.428)	(3.446)	(4.428)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	7	97	(5)	97
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>22</b>	<b>17.168</b>	<b>4.693</b>	<b>16.398</b>	<b>4.501</b>
Despesas financeiras	22	(840)	(42		



... continuação

(\*) Crédito fiscal de INSS decorrente das operações do Grupo  
 (\*\*) Antecipações de impostos em homologação para compensação  
 b) Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
ISS a recolher	544	470	921	470
PIS e COFINS a recolher	494	456	1.124	456
IRPJ e CSLL a recolher	4.828	891	5.225	891
Imposto de renda retido na fonte	57	52	63	52
Parcelamento federal a recolher (*)	2.841	3.307	2.845	3.307
	<b>6.764</b>	<b>5.176</b>	<b>10.178</b>	<b>5.176</b>
Circulante	6.855	2.801	8.265	2.801
Não Circulante	1.909	2.375	1.913	2.375

(\*) Em 2019 a Companhia ingressou em um parcelamento de tributos federais - IRPJ, CSLL e COFINS no valor total de R\$ 4.656, sendo R\$ 3.253 o principal e R\$ 1.402 de multa e juros, sendo a Selic o índice de correção monetária. A quitação será efetuada em 60 parcelas, sem utilização de créditos fiscais. Os juros incorridos em 2021, até 30 de junho foi de R\$ 35. Durante o ano de 2020 os juros foram de R\$ 54. Os pagamentos estão em dia, com 35 parcelas a vencer, o último pagamento ocorrerá em maio de 2024. Não há apresentação de garantias de qualquer natureza.

9. Investimentos - a) Composição dos investimentos

Empresas:	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Top Down	TD	47.507	-	-
Ponto Extra Serviços Temporários	P.E.S.M.	358	376	477
ECS Participações	ECS Par.	2.411	2.220	477
Sintese	Sintese	998	-	-
Startups Growth	ACE	150	150	-
		<b>51.424</b>	<b>2.746</b>	<b>2.746</b>

Empresas:	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
ECS Informática	ECS Inf.	1.876	1.686	1.686
Sintese	Sintese	999	-	-
Startups Growth	ACE	150	150	-
		<b>3.025</b>	<b>1.836</b>	<b>1.836</b>

b) Movimentação dos investimentos

Na Controladora	P.E.S.M.		ECS Par.		ACE		Top Down		Sintese		Total
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	
Em 31/12/2019	579	1.743	150	-	-	-	-	-	-	-	2.472
Resultado de equivalência patrimonial	(186)	23	-	-	-	-	-	-	-	(163)	1.867
Em 30/06/2020	393	1.766	150	-	-	-	-	-	-	-	2.309
Resultado de equivalência patrimonial	(17)	454	-	-	-	-	-	-	-	437	2.746
Em 31/12/2020	376	2.220	150	-	-	-	-	-	-	-	4.507
Aquisição de participação	-	-	-	4.307	202	4.507	-	-	-	-	4.507
Ágio de participação	-	-	-	43.710	797	44.507	-	-	-	-	44.507

Em 30/06/2021	P.E.S.M.		ECS Par.		ACE		Top Down		Sintese		Total
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	
Em 30/06/2021	358	2.411	150	47.507	998	51.424	-	-	-	-	99.829
Resultado de equivalência patrimonial	(18)	191	-	(510)	(1)	(338)	-	-	-	-	1.867
Em 31/12/2019	1.563	150	-	1.713	-	-	-	-	-	-	3.276
Resultado de equivalência patrimonial	(73)	-	-	(73)	-	-	-	-	-	-	1.867
Dividendos provisionados	(51)	-	-	(51)	-	-	-	-	-	-	1.867
Em 30/06/2020	1.585	150	-	1.735	-	-	-	-	-	-	3.276
Resultado de equivalência patrimonial	(403)	-	-	(403)	-	-	-	-	-	-	2.033
Dividendos provisionados	(305)	-	-	(305)	-	-	-	-	-	-	1.867
Dividendos deliberados desproporcional	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	150
Em 31/12/2020	1.686	150	-	1.836	-	-	-	-	-	-	3.025
Aquisição de participação	-	-	-	202	202	404	-	-	-	-	406
Ágio sobre a participação	-	-	-	797	797	1.594	-	-	-	-	2.391
Resultado de equivalência patrimonial	191	-	-	(189)	-	-	-	-	-	-	2
Em 30/06/2021	1.877	150	-	998	3.025	-	-	-	-	-	5.950

10. Imobilizado	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 30/06/2020		Saldo em 31/12/2020		Saldo em 30/06/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
<b>Custo</b>								
Móveis e utensílios	1.236	233	1.469	3	1.472	-	-	1.472
Equipamentos de informática	3.483	471	(59)	3.895	10	(14)	3.891	748
Máquinas e equipamentos	1.732	-	1.732	68	-	-	1.800	-
Instalações	1.421	-	1.421	-	-	-	1.421	-
Benefitórias em imóveis de terceiros (*)	6.365	87	6.452	90	6.542	4	-	6.546
<b>Total</b>	<b>14.237</b>	<b>791</b>	<b>(59)</b>	<b>14.969</b>	<b>171</b>	<b>(14)</b>	<b>15.126</b>	<b>752</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Móveis e utensílios	(941)	(54)	(995)	(55)	(1.050)	(52)	(1.102)	(1.102)
Equipamentos de informática	(2.806)	(233)	(2.981)	(242)	9	(3.214)	(243)	81
Máquinas e equipamentos	(1.074)	(65)	(1.139)	(62)	-	(1.201)	-	(1.266)
Instalações	(1.052)	(60)	(1.112)	(59)	-	(1.171)	-	(1.228)
Benefitórias em imóveis de terceiros (*)	(4.982)	(80)	(5.062)	(135)	(5.197)	(146)	(5.343)	(5.343)
<b>Total</b>	<b>(10.855)</b>	<b>(492)</b>	<b>58</b>	<b>(11.289)</b>	<b>(553)</b>	<b>9</b>	<b>(11.833)</b>	<b>(563)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>3.382</b>	<b>299</b>	<b>(1)</b>	<b>3.680</b>	<b>(382)</b>	<b>(5)</b>	<b>3.293</b>	<b>189</b>

(\*) A Companhia, desde 2018, realiza melhorias em sua sede administrativa. Os gastos dispendidos estão registrados na rubrica "Benefitórias em imóveis de terceiros" e a sua amortização é realizada de acordo com o período do contrato de aluguel.

Consolidado	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 30/06/2020		Saldo em 31/12/2020		Saldo em 30/06/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
<b>Custo</b>								
Móveis e utensílios	1.236	233	1.469	3	1.472	-	-	1.832
Equipamentos de informática	3.483	471	(59)	3.895	10	(14)	3.891	803
Máquinas e equipamentos	1.732	-	1.732	68	-	-	1.800	-
Instalações	1.421	-	1.421	-	-	-	1.421	-
Benefitórias em imóveis de terceiros (*)	6.365	87	6.452	90	6.542	4	-	7.704
<b>Total</b>	<b>14.237</b>	<b>791</b>	<b>(59)</b>	<b>14.969</b>	<b>171</b>	<b>(14)</b>	<b>15.126</b>	<b>18.502</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Móveis e utensílios	(941)	(54)	(995)	(55)	(1.050)	(52)	(1.102)	(1.102)
Equipamentos de informática	(2.806)	(233)	(2.981)	(242)	9	(3.214)	(243)	81
Máquinas e equipamentos	(1.074)	(65)	(1.139)	(62)	-	(1.201)	-	(1.266)
Instalações	(1.052)	(60)	(1.112)	(59)	-	(1.171)	-	(1.228)
Benefitórias em imóveis de terceiros (*)	(4.982)	(80)	(5.062)	(135)	(5.197)	(146)	(5.343)	(5.343)
<b>Total</b>	<b>(10.855)</b>	<b>(492)</b>	<b>58</b>	<b>(11.289)</b>	<b>(553)</b>	<b>9</b>	<b>(11.833)</b>	<b>(563)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>3.382</b>	<b>299</b>	<b>(1)</b>	<b>3.680</b>	<b>(382)</b>	<b>(5)</b>	<b>3.293</b>	<b>189</b>

(\*) A Companhia, desde 2018, realiza melhorias em sua sede administrativa. Os gastos dispendidos estão registrados na rubrica "Benefitórias em imóveis de terceiros" e a sua amortização é realizada de acordo com o período do contrato de aluguel. A Companhia efetuou análise dos indicadores de perda para os ativos intangíveis, bem como efetuou o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso da unidade geradora de caixa da empresa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

11. Intangível	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 30/06/2020		Saldo em 31/12/2020		Saldo em 30/06/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
<b>Custo</b>								
Ágio de combinação de negócios	11.007	-	11.007	-	11.007	-	11.007	-
Software	13.666	1.299	(15)	14.950	3.388	-	18.338	3.650
Licenças	4.797	106	-	4.903	494	-	5.397	7
Marcas e patentes	30	-	30	-	30	-	30	-
Software - direitos adquiridos	10.571	-	10.571	-	10.571	-	10.571	-
Não concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	9.310	-	9.310	-	9.310	-	9.310	-
<b>Total</b>	<b>49.381</b>	<b>1.405</b>	<b>(15)</b>	<b>50.771</b>	<b>3.882</b>	-	<b>54.653</b>	<b>3.658</b>
<b>Amortização acumulada</b>								
Software	(7.210)	(424)	6	(7.628)	(496)	-	(8.124)	(683)
Licenças	(4.475)	(306)	-	(4.781)	(297)	(3)	(5.081)	(273)
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Software - direitos adquiridos	(9.978)	(594)	-	(10.572)	-	-	(10.572)	-
Não concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	(6.530)	(575)	-	(7.105)	(575)	-	(7.680)	(575)
<b>Total</b>	<b>(28.193)</b>	<b>(1.899)</b>	<b>6</b>	<b>(30.086)</b>	<b>(1.368)</b>	<b>(3)</b>	<b>(31.457)</b>	<b>(1.531)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>21.188</b>	<b>(494)</b>	<b>(9)</b>	<b>20.685</b>	<b>2.514</b>	<b>(3)</b>	<b>23.196</b>	<b>2.127</b>

A Companhia efetuou análise dos indicadores de perda para os ativos intangíveis, bem como efetuou o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso da unidade geradora de caixa da empresa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

Consolidado	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 30/06/2020		Saldo em 31/12/2020		Saldo em 30/06/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
<b>Custo</b>								
Ágio de combinação de negócios	11.007	-	11.007	-	11.007	-	11.007	-
Software	13.666	1.299	(15)	14.950	3.388	-	18.338	2.191
Licenças	4.797	106	-	4.903	493	-	5.396	6
Marcas e patentes	30	-	30	-	30	-	30	-
Software - direitos adquiridos	10.571	-	10.571	-	10.571	-	10.571	-
Não concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	9.310	-	9.310	-	9.310	-	9.310	-
<b>Total</b>	<b>49.381</b>	<b>1.405</b>	<b>(15)</b>	<b>50.771</b>	<b>3.881</b>	-	<b>54.652</b>	<b>3.656</b>
<b>Amortização acumulada</b>								
Software	(7.210)	(424)	6	(7.628)	(496)	-	(8.124)	(685)
Licenças	(4.475)	(306)	-	(4.781)	(296)	(3)	(5.080)	(273)
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Software - direitos adquiridos	(9.978)	(594)	-	(10.572)	-	-	(10.572)	-
Não concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	(6.530)	(575)	-	(7.105)	(575)	-	(7.680)	(575)
<b>Total</b>	<b>(28.193)</b>	<b>(1.899)</b>	<b>6</b>	<b>(30.086)</b>	<b>(1.367)</b>	<b>(3)</b>	<b>(31.456)</b>	<b>(1.531)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>21.188</b>	<b>(494)</b>	<b>(9)</b>	<b>20.685</b>	<b>2.514</b>	<b>(3)</b>	<b>23.196</b>	<b>2.125</b>

\*\* As adições por aquisição de investimento referem-se à aquisição da Top Down e estão especificados na nota 5.

Foi efetuado teste de recuperação do ágio em 31/12/2020, com base no valor presente nos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da unidade geradora de caixa da empresa considerando o orçamento anual para o exercício corrente e o planejamento de longo prazo até 5 anos. Para o período de seis meses final em 30/06/2021, o Grupo avaliou as premissas utilizadas em 31/12/2020 para recuperabilidade de seus ativos e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras intermediárias. Veja a seguir as mais relevantes utilizadas no teste: • Crescimento

Interplayers Soluções Integradas S.A.

Empresas controladas	30/06/2021	
----------------------	------------	--

... continuação

res). ii) **Risco de liquidez:** Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Consolidado	Fluxo de caixa						Mais de 5 anos
	Valor con- tábil	incluindo juros	6 meses ou menos	1 a 2 meses	2 a 5 anos	5 a 6 anos	
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	44	44	44	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	4.904	4.904	538	539	409	1.724	1.694
Fornecedores e outras contas a pagar	3.035	3.035	3.035	-	-	-	-
Obrigação por aquisição de investimento	31.103	31.103	3.000	6.350	12.752	9.001	-
Dividendos a pagar	2.484	2.484	2.484	-	-	-	-
Partes relacionadas	603	603	603	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>42.173</b>	<b>42.173</b>	<b>9.704</b>	<b>6.889</b>	<b>13.161</b>	<b>10.725</b>	<b>1.694</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. iii) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios de 30/06/2021 e 31/12/2020. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco da taxa de juros:** A Companhia está exposta a variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de negociação de taxa fixa. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nos outros investimentos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

Perfil dos instrumentos financeiros	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos	(44)	(91)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>		
Aplicações financeiras	9.314	16.805
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	2.449	2.784
Obrigação por aquisição de investimento	31.103	2.784
<b>Total</b>	<b>33.552</b>	<b>2.784</b>

c) **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 30/06/2021 e 31/12/2020. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa. i) **Ativos Financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Grupo estava exposto na data base de 30/06/2021, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 4,15% e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30/06/2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado	Saldo em 30/06/2021	Risco	Cenário		
			Provável (I)	rio (II)	rio (III)
<b>Operação</b>					
Aplicações financeiras consolidadas	9.314	Redução CDI	4,15%	3,11%	2,08%
<b>Recita financeira</b>			<b>387</b>	<b>290</b>	<b>193</b>
<b>Passivos Financeiros:</b> Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 4,15% em 30/06/2021, foi definido o cenário provável (cenário I) e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 30/06/2021. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi de 30/06/2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.					
<b>Operação</b>					
Empréstimos e financiamentos	44	Aumento CDI	4,15%	5,19%	6,23%
Obrigação por aquisição de investimento	31.103	Aumento CDI	4,15%	5,19%	6,23%
<b>Despesa financeira</b>	<b>31.147</b>		<b>1.293</b>	<b>1.616</b>	<b>1.939</b>

19. Imposto de renda e contribuição social – a) Conciliação da taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.510	4.393	16.253	4.394
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
<b>Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial</b>	<b>(5.613)</b>	<b>(1.494)</b>	<b>(5.526)</b>	<b>(1.494)</b>
Diferenças permanentes	(299)	(124)	(158)	(124)
Equivalência patrimonial	15	(56)	65	7
Saldo negativo de controladas	(5.897)	(1.674)	(5.683)	(1.675)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.351)	(1.503)	(4.181)	(1.504)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.546)	(171)	(1.502)	(171)
Alíquota efetiva	(35,72%)	(38,11%)	(34,97%)	(38,12%)

b) Movimentação dos Impostos Diferido	Saldo em 31/12/2020		Reconhecidos no Resultado		Saldo em 30/06/2021	
<b>a. Na Controladora</b>						
Provisão para contingências	1.723	24	1.748			
Provisões de bônus	265	275	540			
Provisão Devedores Duvidosos	451	109	560			
Outras provisões	151	69	220			
Provisão desvalorização imobilizado	181	-	181			
Arrendamento mercantil financeiro	60	18	78			
Ágio decorrente de incorporação reversa	15	(4)	11			
Prejuízo fiscal acumulado	3.978	(661)	3.317			
Amortização de mais valia	-	-	-			
<b>Impostos diferidos líquido ativos</b>	<b>6.824</b>	<b>(170)</b>	<b>6.655</b>			

a. Na Controladora	Saldo em 31/12/2020		Reconhecidos no Resultado		Saldo em 30/06/2021	
Provisão para contingências	1.847	39	1.886			
Provisões de bônus	634	98	731			
Provisão Devedores Duvidosos	119	7	126			
Outras provisões	55	57	112			
Provisão desvalorização imobilizado	181	-	181			
Arrendamento mercantil financeiro	113	31	144			
Ágio decorrente de incorporação reversa	8	(4)	4			
Prejuízo fiscal acumulado	2.289	(1.904)	385			
Amortização de mais valia	-	-	130			
<b>Impostos diferidos líquido ativos</b>	<b>5.246</b>	<b>(1.546)</b>	<b>3.699</b>			

19. Imposto de renda e contribuição social	Saldo em 31/12/2020		Reconhecidos no Resultado		Saldo em 30/06/2021	
<b>a. No Consolidado</b>						
Provisão para contingências	1.723	24	1.748			
Provisões de bônus	265	275	540			
Provisão Devedores Duvidosos	451	109	560			
Outras provisões	151	69	220			
Provisão desvalorização imobilizado	181	-	181			
Arrendamento mercantil financeiro	60	18	78			
Ágio decorrente de incorporação reversa	15	(4)	11			
Prejuízo fiscal acumulado	3.978	(661)	3.317			
Amortização de mais valia	-	-	-			
<b>Total</b>	<b>6.824</b>	<b>(170)</b>	<b>6.655</b>			

a. No Consolidado	Saldo em 31/12/2020		Reconhecidos no Resultado		Saldo em 30/06/2021	
Provisão para contingências	1.847	74	2.768			
Provisões de bônus	634	98	731			
Provisão Devedores Duvidosos	119	15	187			
Outras provisões	55	57	112			
Provisão desvalorização imobilizado	181	-	181			
Arrendamento mercantil financeiro	113	32	144			
Ágio decorrente de incorporação reversa	8	(4)	4			
Prejuízo fiscal acumulado	2.289	(1.904)	385			
Amortização de mais valia	-	-	130			
<b>Total</b>	<b>5.246</b>	<b>(1.502)</b>	<b>4.680</b>			

a) **Projeção de impostos diferidos:** O ativo fiscal diferido possui o seguinte prazo estimado de realização:

Em 30/06/2021	Controladora	Consolidado
2021	2.890	2.890
2022	954	1.790
<b>Total</b>	<b>3.844</b>	<b>4.680</b>

20. Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Mercado nacional				
Com terceiros				
Prestação de serviços	66.780	48.313	70.023	48.387
(-) Impostos sobre vendas	(7.951)	(5.993)	(8.392)	(6.001)
<b>Total de receita</b>	<b>58.829</b>	<b>42.320</b>	<b>61.631</b>	<b>42.386</b>

21. Custos e despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Classificados como:</b>				
Custos dos serviços prestados	(24.934)	(22.600)	(27.742)	(22.653)
Despesas gerais e administrativas	(13.345)	(10.696)	(14.040)	(10.901)
Despesas comerciais e marketing	(3.389)	(4.428)	(3.446)	(4.428)
Outras receitas (despesas) operacionais	7	98	(5)	98
<b>Total</b>	<b>(41.661)</b>	<b>(37.626)</b>	<b>(45.233)</b>	<b>(37.884)</b>
<b>Natureza</b>				
Mão de Obra Própria	(28.072)	(23.674)	(30.231)	(23.921)
Serviços com Terceiros	(4.838)	(4.356)	(5.661)	(4.357)
Depreciação e Amortização	(2.372)	(2.749)	(2.800)	(2.749)

Interplayers Soluções Integradas S.A.	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Manutenção de Softwares	(2.988)	(2.142)	(2.862)	(2.142)
Manutenção/Conservação e Infraestrutura	(1.405)	(1.392)	(1.475)	(1.399)
Serviços com Datacenter/Telecom/Cloud	(1.276)	(1.297)	(1.405)	(1.297)
Viagens e Estádias	(85)	(745)	(92)	(747)
Baixas, perdas e recuperação de créditos	(268)	(1.208)	(293)	(1.208)
Outras receitas (despesas) operacionais	7	(3)	(5)	(3)
Indenização trabalhista	(207)	-	(207)	-
Despesas tributárias	(24)	(55)	(24)	(57)
Provisões para Contingências	(133)	(97)	(178)	(96)
Recuperação de Impostos	-	92	-	92
<b>Total</b>	<b>(41.661)</b>	<b>(37.626)</b>	<b>(45.233)</b>	<b>(37.884)</b>

22. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros com empréstimos e financiamentos	(275)	(168)	(280)	(168)
Despesas bancárias	(232)	(120)	(234)	(121)
Juros passivos de parcelamentos e tributos federais	(122)	(28)	(139)	(28)
Multa e juros sobre débitos tributários	(165)	(82)	(165)	(82)
Outras despesas financeiras	(46)	(26)	(46)	(26)
<b>Total</b>	<b>(840)</b>	<b>(424)</b>	<b>(864)</b>	<b>(425)</b>

23. Lucro líquido por ação	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas financeiras	192	209	197	217
Juros ativos sobre atualização de tributos a recuperar	14	13	14	14
Outras receitas financeiras	314	64	319	64
<b>Total</b>	<b>520</b>	<b>286</b>	<b>530</b>	<b>295</b>

baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

24. Arrendamentos Mercantis	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Numerador				
Lucro líquido do exercício			10.570	2.718
Denominador			52.000	52.000
Média ponderada de ações ordinárias – básico			0,2033	0,0523
Resultado por ação ordinária – básico (em R\$)			0,2033	0,0523

Os arrendamentos mercantis são aqueles em que a Companhia possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), que se tornou vigente a partir de 01/01/2019. Considerando os fluxos nominais incorporando a inflação futura projetada de 3,25% e um prazo médio 9 anos descontados pela taxa incremental nominal, a Companhia teria em 30/03/2021, um incremento líquido de passivo de arrendamento de R\$ 50 na controladora e R\$ 59 no consolidado.

Partes relacionadas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Ativo circulante	30	-	30	-
Passivo circulante	154	2.230	154	2.230
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>2.230</b>	<b>184</b>	<b>2.230</b>

Partes relacionadas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Ativo circulante	30	-	30	-
Passivo circulante	1.003	2.754	603	2.754
<b>Total</b>	<b>1.033</b>	<b>2.754</b>	<b>633</b>	<b>2.754</b>

(i) São transações entre compras e vendas realizadas entre as empresas. (ii) Prestações de Serviços entre as empresas, referente desenvolvimentos de software. (iii) Prestação de serviços entre empresas, referente a terceirização de mão de obra. (iv) Prestação de serviços referentes a consultoria em marketing. 26. **Informações por segmentos** – A Companhia efetuou a análise das informações por segmento de acordo com o CPC 22/IFRS 8 – Informações por segmentos e concluiu que possui um único segmento operacional a ser divulgado. 27. **Cobertura de Seguros** – O Grupo, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. Abaixo demonstramos as os limites das coberturas:

Ramo	Seguradora		Vigência		Limite máximo de responsabilidade
	De	Até	De	Até	
Administradores e diretores – D&O	Liberty Seguros	01/02/2021	01/02/2022		10.000
Empresarial	Sul América Seguros	16/07/2020	16/07/2021		5.500
Incêndio tradicional	Porto Seguro	10/03/2021	10/03/2022		15.450

28. **Eventos subsequentes** – 28.1. **Aquisição de ações da Conecta Médico S.A. ("Conecta"):** Em 30/07/2021 através do Termo de Aditamento e Fechamento do Acordo de Compra e Venda, Investimento e Outras Avenças a Companhia adquiriu 3.000 ações da Conecta, que representam 25% de participação no seu capital. O valor total da operação é de R\$ 1.800 mil, distribuídos da seguinte forma: (i) R\$ 450 mil no ato, (ii) R\$ 1.350 mil a serem pagos

... continuação

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria con-

tendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

Interplayers Soluções Integradas S.A.

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de

auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de setembro de 2021.

**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 034.519/O-6

**Luiz Carlos Marques**  
Contador  
CRC 1SP 147.693/O-5

## Na última hora, juros viram e fecham em baixa com melhora na perspectiva sobre a PEC



A terça-feira reuniu uma série de fatores negativos para embalar a alta dos juros futuros, mas no fim da tarde o noticiário extraoficial sobre o relatório da PEC dos Precatórios trouxe volatilidade para a curva. Na última hora da sessão regular as taxas tiveram uma guinada e viraram para baixo, terminando nas mínimas nos principais contratos, com melhora atribuída a uma perspectiva mais positiva sobre o texto, mas na etapa estendida já devolviam o movimento. A expectativa é a de que o parecer do senador Fernando Bezerra (MDB-PE) seja apresentado amanhã.

Já a alta que conduziu as taxas durante todo o dia decorreu da aversão ao risco trazida pela crise cambial na Turquia que penalizou ativos emergentes de forma genera-

lizada. A retomada da expansão da Covid-19 na Europa e a perspectiva de antecipação do aperto monetário pelo Federal Reserve foram outras variáveis que ajudaram a elevar prêmios. Por aqui, o comportamento das medianas de IPCA ontem na Focus ainda reverbera, às vésperas da divulgação do IPCA-15 na quinta-feira

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a 12,25% (regular), de 12,347% ontem, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 12,176% para 11,93% (regular). O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 11,76%, de 12,013%. Na estendida, estes vencimentos fecharam em 12,26%, 11,95% e 11,78%.

A alta das taxas estava relativamente controlada pela

manhã, mas começou a ganhar fôlego com a escalada do dólar, que se firmou acima de R\$ 5,60, com máxima na casa de R\$ 5,66 à tarde, contaminado pela crise na Turquia. A lira intensificou as perdas nesta terça-feira depois que o presidente do país, Recep Tayyip Erdogan, reafirmou sua política econômica intervencionista. Por mais que a realidade brasileira seja diferente, o operador de renda fixa da Terra Investimentos Paulo Nepoumuceno afirma que “há contágio”.

Até porque o mercado também vê risco de que o processo do tapering nos Estados Unidos seja acelerado e, com isso, haja antecipação da alta de juros pelo Fed, o que explica o forte avanço da taxa da T-Note de dez anos para 1,65%.

IstoÉDinheiro

## Em sessão volátil, Ibovespa sobe 1,50%, aos 103.653,82 pontos

Em tarde volátil, que levou o dólar à vista a R\$ 5,66 na máxima e o Ibovespa a 101.736,31 na mínima – menor nível intradia desde 9 de novembro de 2020 –, a referência da B3 conseguiu se estabilizar e ganhar fôlego no meio da etapa vespertina para fechar a sessão em alta de 1,50%, aos 103.653,82 pontos, renovando máxima do dia na reta final da sessão. Com o avanço das commodities, puxando papéis de grandes empresas da Bolsa, e o índice nos 102 mil ou não muito além disso nos últimos cinco encerramentos, em torno dos menores níveis do ano, houve espaço para alguma recomposição de preços. Em porcentual, o ganho do dia foi o maior desde o último 11 de novembro, quando havia subido 1,54%.

Ainda assim, os fatores de risco externo – crise cambial na Turquia, o espalhamento da nova onda de covid-19 na Europa e apostas na antecipação do aperto monetário pelo Federal Reserve – colocam os emergentes na defensiva, e no Brasil, em particular, o mercado segue com muita

atenção a PEC dos Precatórios no Senado.

O apetite por risco ganhou impulso a partir do meio da tarde com a expectativa de que o governo esteja mais próximo de acordo para concluir a tramitação da PEC na casa revisora, onde tem enfrentado resistências e propostas de alterações significativas. A superação dessa etapa para 2022 seria um ponto a menos na planilha de incertezas para o ano eleitoral, ainda que a forma final da PEC esteja longe do ideal, na visão do mercado.

Por outro lado, o bom desempenho das ações de commodities desde cedo, acompanhando a recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro, deu suporte à referência da B3 na sessão, assim como a performance das ações de grandes bancos (BB ON +3,96%, Bradesco ON +2,48%, Bradesco PN +1,93%; as duas últimas nas respectivas máximas do dia no fechamento, assim como Itaú PN +1,68%) e de siderurgia (Usiminas PNA +4,76%, CSN ON +3,44%).

IstoÉDinheiro



**Interplayers Soluções Integradas S.A.**

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

**Relatório da Administração**

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "Interplayers") e suas controladas, controladas em conjunto (referidas como "Grupo Interplayers") submetem à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 2019 e 2018.

**Mensagem da Diretoria Executiva:** O ano de 2020 foi marcado por uma pandemia que atingiu a humanidade de forma extrema, impactando países, empresas e a sociedade como um todo. Medidas de isolamento social jamais vistas por nenhum de nós, que incluíram o fechamento do comércio, a interrupção da produção industrial e o fechamento de fronteiras, foram adotadas globalmente, como alternativa para conter o avanço do vírus. A decretação da pandemia em final de março de 2020 levou à ativação de um DRP – Disaster Recovery Plan pela Interplayers que nos permitiu responder rapidamente ao contexto gerado pelo Covid-19, priorizando a saúde e a integridade de nossos colaboradores e a continuidade dos nossos negócios, apoiando fornecedores e clientes e cumprindo nossa responsabilidade perante a sociedade e acionistas. Em 2020 iniciativas privadas e governamentais caminharam juntas no combate à pandemia, seja na regulamentação, na criação acelerada de soluções no setor de saúde e no desenvolvimento, em tempo recorde, de vacinas contra o Covid-19. Nunca foi tão necessário promover rapidamente mudanças nas práticas assistenciais que valorizassem o cuidado fora do hospital. Neste contexto, ficamos honrados em contribuir com nosso País como o único Hub de negócios capaz de integrar os diversos participantes da cadeia produtiva (farmácias, hospitais, clínicas, indústria farmacêutica, distribuidores, profissionais da saúde, pacientes e consumidores), provendo soluções por meio do uso intensivo de tecnologia, inovação e parcerias estratégicas com Healthtechs e outras empresas do segmento. O posicionamento como HUB de Negócios da Saúde e Bem-Estar, estruturado sobre os pilares *Business Platform, Marketing Orientation e Strategic Partnership*, aliado a transformação digital, possibilitou rápidas ações que conduziram a Interplayers a consolidar sua imagem inovadora, obtendo expressiva evolução nas receitas brutas nestes últimos três exercícios:

R\$ Milhões	2018	2019	Varição	2020	Varição
Receita Líquida	67,9	78,3	15,3%	89,6	14,4%

O posicionamento da empresa como HUB de negócios, suportada pelo conceito de *Marketing Orientation*, se mostrou acertada, nos levando a um crescimento não somente financeiro, mas de ampliação de participação no mercado, com a abertura de inúmeras oportunidades num período tão complexo. Reforçando nosso compromisso em prover soluções ao ecossistema da saúde e bem-estar, vimos intensificando nossos investimentos em inovação. Estes investimentos focam majoritariamente em: **Big Data & Analytics**; **Plataformas B2B e B2B2C**; **Proteção de dados** – LGPD; Outro ponto a se destacar são as atividades de *non retail*, por meio do abastecimento especializado de produtos de alto valor em clínicas e hospitais, com ênfase na atenção ao paciente, serviços diagnósticos, desospitalização, *home care* e SAC. A ampliação dos serviços para o varejo foi de fundamental importância neste momento de pandemia, levando aos nossos parceiros soluções digitais para melhorar a disponibilidade de serviços em saúde e medicamentos para a comunidade. Enfatizamos nossos elevados princípios éticos e profissionais, agradecemos a todo apoio e confiança de clientes, parceiros e colaboradores no exercício que se finda e mantemos nosso propósito de proporcionar o mais elevado retorno e satisfação a nossos acionistas e usuários de nossos serviços. **Perfil:** Tendo iniciado suas atividades em 2002, a Interplayers tem por objetivo tornar-se o mais importante núcleo de integração e prestação de serviços no setor de saúde, tendo como lema a valorização das empresas especializadas do mercado, dentre os múltiplos processos demandados pelos potenciais clientes. Referência em modelos de negócio, se mantém e se orienta como "O Hub de Negócios da Saúde e Bem-estar", com forte ênfase na jornada do consumidor e paciente e amplo relacionamento com todos os elos da cadeia. **Nossa Missão** – integrar a cadeia de valor na área de saúde e bem-estar. **Nosso Propósito** – melhorar o acesso a saúde e bem-estar. **Cenário Econômico e Setorial:** A queda de 4,1% no PIB em 2020 foi a maior em 30 anos e o terceiro pior resultado anual da história econômica do Brasil, menor apenas que as retrações registradas em 1981 e 1990, de 4,3% do PIB em ambos os anos. Essa queda interrompeu e praticamente anulou o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%. Mas quando falamos do mercado de saúde e bem-estar, nos deparamos com um cenário disruptivo e inovador. Segundo dados disponibilizados no estudo *Distrito Health Tech Report*, a quantidade de Health Techs no país cresceu de forma exponencial entre

os anos de 2014 e 2020, saindo de 160 para 542 startups, sendo metade com no mínimo 5 anos de operação, movimentando neste período US\$ 430 milhões em 189 rodadas de Venture Capital. O desenvolvimento de soluções tecnológicas na área da saúde, como a Telemedicina, não é algo que surgiu a partir da pandemia do Covid-19, que só fez com que o assunto retornasse à pauta de maneira prioritária. Com o isolamento social como forma de evitar uma propagação maior do vírus e para manter o bom gerenciamento da saúde da população, a telemedicina foi reconhecida no País, em caráter excepcional, pelo Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde, conforme **Lei nº 13.989 de 16/04/2020**. A regulamentação é válida apenas durante o período de emergência da pandemia, mas a expectativa do mercado é a de que se mantenha posteriormente. Acreditamos que a telemedicina, teleconsulta, teletriagem, prescrição digital e muitas outras soluções digitais, como o *e-commerce, marketplace* e plataformas de diagnósticos, serão incorporadas neste novo mercado, melhorando o acesso à saúde para a população. **Nosso Posicionamento:** Não obstante as perspectivas para 2021 estarem bastante impactadas pelo imenso desafio ainda representado pela Pandemia, as perspectivas do segmento mercadológico no qual nos inserimos amparam nossas pretensões de continuar investindo fortemente na estratégia de ampliação horizontal de oferta de serviços e amplo alcance dos participantes do setor sob a bandeira de sermos **O Hub de Negócios da Saúde e Bem-Estar**, legitimando nosso propósito. A Covid-19 se tornou o catalisador para uma transformação digital na área da saúde e o que vimos em 2020 foi um avanço, tanto no âmbito regulatório, quanto na velocidade do surgimento de soluções digitais focadas na adaptação da sociedade frente ao isolamento social, fazendo com que presenciássemos o compartilhamento de recursos, conhecimento e inovação, mesmo entre players concorrentes. O legado da pandemia será, provavelmente, um foco renovado no trabalho colaborativo para todo o ecossistema da saúde. Os limites tradicionais de negócios serão eliminados, criando um modelo mais colaborativo, com novos elos de negócios e parcerias estratégicas, ou seja, mais eficiente e eficaz. A Interplayers foi fundada em 2002, preconizando o modelo colaborativo com o uso da tecnologia e inovação, conectando diversos *players* da cadeia de saúde e bem-estar e, ao longo dos anos, superando diversas barreiras, sem desviar do nosso propósito. Nosso posicionamento como HUB de negócios da saúde e bem-estar se consolidou em 2019 com o fortalecimento nosso modelo de negócio em construir parcerias estratégicas e conectar diversos players aos ecossistemas de saúde, integrando todos os participantes do setor dentro do mesmo ambiente e com processos e metodologias ágeis, incluindo jornada na nuvem e foco na inovação e segurança da informação, sendo capaz de viabilizar e agilizar o sucesso de diversas *healthtechs* nacionais e internacionais. Nosso portfólio traz as melhores soluções de SaaS, B2B e B2B2C, centradas na jornada do paciente e do consumidor. Transacionamos um grande volume de dados em nossas operações e, por meio de técnicas de inteligência artificial, *business intelligence* e análise de dados, somos capazes de identificar e realizar ações para a evolução do mercado de saúde. Aceleramos ainda mais nosso movimento de **transformação digital**, tendo concluído neste ano etapas importantes iniciadas em 2019, dentre elas a **Jornada Cliente**, as novas soluções de **Comunicação e Colaboração Unificada (UCU)** e o **Relacionamento com nossos Clientes (CRM)**, ainda incorporando novas **tecnologias e metodologias** de trabalho e investindo em **conscientização e ferramentas de cyber security**. O investimento contínuo e intensivo em inovações sempre foi nossa prioridade, somos pioneiros neste modelo e seguimos nosso propósito, ampliando nossas iniciativas digitais e beneficiando todo o ecossistema da saúde.

**HUB Guidance**

- Em 2020, aumentamos 27% o volume de investimentos em soluções digitais: telemedicina, prescrição digital, monitoramento remoto, analytics e segurança de dados.
- Iniciamos 2021 com excelentes resultados e acreditamos que esse processo evolutivo está apenas começando.

Em 2021 a Interplayers continuará aumentando a cobertura de mercado, a penetração em clientes, parcerias estratégicas e a oferta de novos serviços. Com nossa infraestrutura altamente escalável e plataformas de última geração, estamos prontos para o crescimento exponencial do Hub, transacionando R\$ 61 bilhões em nossas plataformas e efetivando R\$ 12 bilhões no último ano.

**INTERPLAYERS EM NÚMEROS** (2019 / 2020)

- Negócios realizados em 98% das cidades
- 1 bilhão de unidades pedidas
- 50 milhões de consumidores atendidos
- 16% de share do canal indireto
- R\$61 bilhões em receita
- Audiência Web de 91 milhões de visualizações
- 650 milhões de conteúdos realizados
- 71% em modo digital

**Governança Corporativa**  
Diante da emergência trazida pelo COVID-19, as práticas de *ESG (Environmental, Social and Governance)* ou *ASG (Ambiental, Social e Governança)* tem sido cada vez mais usadas pelas empresas. Estamos nos preparando para um mundo pós pandemia, reforçando nosso compromisso junto às questões relacionadas ao meio-ambiente, ao bem-estar da sociedade e aos padrões de governança. A Administração da Companhia segue rigorosamente as regras estabelecidas no seu estatuto social, bem como as melhores práticas de governança, pois acreditamos que este é o caminho sustentável para darmos mais retorno no curto e longo prazo aos nossos acionistas. Atuamos fortemente com foco em: > Redução de custos com a otimização do uso de recursos; > Mitigação de riscos; > Inovação e oportunidades de novos negócios. A Governança Corporativa está em contínuo aperfeiçoamento, visando zelar pela viabilidade econômico-financeira da Companhia. Sempre que necessário, a Diretoria promove alterações e inovações no seu modelo de governança, promovendo a segurança e transparência na gestão dos negócios.

**RESULTADOS: PLANO DE CAPACITAÇÃO**

- 78 COLABORADORES TREINADOS
- 2.471 HORAS EM TREINAMENTO
- 18.306 ATIVIDADES REALIZADAS
- 278 CURSOS CONCLUÍDOS
- 223 CURSOS EM ANDAMENTO
- 48 COLABORADORES TREINADOS
- 20 COLABORADORES TREINADOS
- 10 COLABORADORES CERTIFICADOS

**Recursos Humanos**  
A área de Recursos Humanos desempenhou um papel fundamental na migração do trabalho presencial para *home office*. Criamos um canal direto para garantir que todos os colaboradores estivessem devidamente equipados e trabalhando de forma adequada, criamos um processo de comunicação com orientações para proporcionar ao colaborador uma melhor adaptação no trabalho em casa. Criamos encontros virtuais para debater temas atuais, bem como momentos de descontração, tudo em um ambiente virtual e seguro. Mensalmente divulgamos nosso reconhecimento por desempenho e resultados conquistados. Encerramos o exercício de 2020 com **673 colaboradores** envolvidos em um pacote de benefícios que inclui assistência à saúde, odontológica, auxílio creche e alimentação e outros benefícios que permitem aos nossos colaboradores acesso a facultades e academias com descontos especiais.

R\$ Milhões	2018	2019	2020
Colaboradores	679	733	673

Colocamos em prática o **Programa de Capacitação Interplayers** para prepararmos ainda mais nossos **profissionais de tecnologia** com a utilização da maior plataforma de treinamento a distância (EAD) do mercado, a **Alura**.

**Responsabilidade com Meio Ambiente e Segurança**  
A Interplayers tem como um dos seus pilares a Sustentabilidade a Responsabilidade Social junto à comunidade e seus colaboradores. Sabemos da importância do nosso papel na conscientização e na mudança de hábitos

dos nossos colaboradores. Desde o início da pandemia, a Companhia adotou várias medidas para proteger seus colaboradores. Reforçamos todos os nossos protocolos de segurança para garantir que nossas operações se mantivessem seguras. Trabalhamos para construir uma cultura de respeito, inclusão e equidade, que permita que as pessoas desenvolvam seus talentos com suas características únicas. Acreditamos no empoderamento feminino e temos orgulho de divulgar que a liderança feminina atingiu 48% do quadro total de líderes em 2020. Nosso programa de inclusão social reforça nosso compromisso de oferecer vagas para pessoas com deficiência bem como para jovem aprendiz, cumprindo nosso papel de capacitar jovens na iniciação profissional. Nossa Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) auxilia a empresa a diminuir o número de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Com o envolvimento dos nossos colaboradores, realizamos campanhas sobre saúde e segurança onde tratamos de assuntos como depressão, câncer de mama, vacinação preventiva, entre outros. Quando falamos de segurança da informação, nosso compromisso é ainda maior, pois transacionamos milhões de dados em nossas plataformas e, a partir de agosto de 2020, em conformidade com a LGPD, estamos aplicando as melhores práticas de governança e de utilização e coleta de informações pessoais.

**Desempenho Econômico Financeiro**

R\$ Milhões	2018	2019	Varição	2020	Varição
Receita Líquida	67,9	78,3	15,3%	89,6	14,4%
Custos dos Serviços Vendidos	(36,9)	(44,6)	20,9%	(44,5)	-0,2%
Lucro Bruto	30,7	33,4	8,8%	45,2	35,3%
Margem Bruta	45,2%	42,7%	-2,5pp	50,4%	7,7pp
Despesas Gerais e Administrativas	(20,0)	(21,5)	7,5%	(21,5)	0,0%

O crescimento das receitas líquidas de 2020 foi impulsionado, principalmente, pelo aumento das vendas nas plataformas B2B2C e Health Care. Já em 2019, o crescimento foi originado nas plataformas de B2B e B2B2C.

**Endividamento**

R\$ Milhões	2018	2019	Varição	2020	Varição
Circulante	12,8	16,2	26,6%	20,2	24,7%
Não Circulante	1,8	6,2	244,4%	7,4	19,4%
Dívida Bruta	14,6	22,4	53,4%	27,6	23,2%
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Outros Instrumentos	(18,5)	(15,7)	-15,1%	(18,8)	19,7%
Dívida Líquida	(3,9)	6,7	-271,8%	8,8	31,3%

**Dividendos**  
O dividendo obrigatório da Companhia é de 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. A companhia apurou no exercício social encerrado em 31/12/2020 dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a R\$ 2,5 milhões, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em fevereiro de 2021 e re ratificada na AGE de 15 de setembro de 2021.

**Relacionamento com Auditores**  
A Interplayers utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes (EY) para revisão de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020. Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, o Grupo adota como procedimento formal, previamente à contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente, fundamentar-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Neste sentido, no exercício findo em 31/12/2020, não foram contratados serviços adicionais. Nossos auditores independentes declaram à Administração nada haver que pudesse afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

**Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)**

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2020	2019	2018	2020	2019	2018			2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Balancos Patrimoniais</b>															
<b>Circulante</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.324	15.059	18.262	18.821	15.673	18.492	13	91	391	1.539	91	391	1.539	
Contas a receber de clientes	8	23.084	16.707	15.831	23.090	16.707	16.327	24.b	460	769	-	460	769	-	
Impostos a recuperar	9.a	1.295	1.346	2.395	1.351	1.453	2.497	14	2.784	1.886	1.862	2.785	1.889	1.872	
Outras contas a receber		762	1.007	759	1.119	1.063	897	25.d	154	149	209	154	118	189	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>43.465</b>	<b>34.119</b>	<b>37.247</b>	<b>44.381</b>	<b>34.896</b>	<b>38.213</b>	15	10.809	9.097	6.572	10.814	9.143	6.596	
<b>Não Circulante</b>															
Impostos a recuperar	9.a	600	192	-	600	192	-	9.b	2.801	2.211	956	2.801	2.211	971	
Outras contas a receber		-	-	28	153	-	28	17.b	591	331	45	591	331	45	
Depósitos judiciais	16.b	437	514	239	437	314	239	17.b	2.484	1.375	1.581	2.484	1.375	1.581	
Ativo fiscal diferido, líquido	19.b	5.246	6.826	3.317	5.246	6.826	3.317		<b>20.174</b>	<b>16.209</b>	<b>12.764</b>	<b>20.180</b>	<b>16.227</b>	<b>12.793</b>	
Investimentos	10	2.746	2.472	2.493	1.836	1.713	1.556		<b>Não Circulante</b>						
Imobilizado	11	3.293	3.382	2.584	3.293	3.382	2.584	13	-	408	784	-	408	784	
Intangível	12	23.196	21.188	22.414	23.196	21.188	22.414	24.b	3.962	1.906	-	3.962	1.906	-	
Direito de uso em arrendamento	24.a	4.090	2.498	-	4.090	2.498	-	14	-	18	33	-	18	33	
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>39.608</b>	<b>36.900</b>	<b>31.200</b>	<b>38.698</b>	<b>36.141</b>	<b>30.263</b>	9.b	2.375	3.092	384	2.375	3.092	384	
<b>Total do Ativo</b>		<b>83.073</b>	<b>71.019</b>	<b>68.447</b>	<b>83.079</b>	<b>71.037</b>	<b>68.476</b>	16.a	1.032	790	617	1.032	770	617	

Resultado líquido do exercício	Nota	Controladora			Consolidado			Resultado líquido do exercício	Nota	Controladora			Consolidado								
		2020	2019	2018	2020	2019	2018			2020	2019	2018	2020	2019	2018						
Resultado líquido do exercício	20	89.579	78.033	66.774	89.649	78.317	67.948	20	9.935	3.367	3.649	9.935	3.367	3.649							
Custo dos serviços vendidos	21	(44.415)	(44.410)	(35.981)	(44.477)	(44.622)	(36.937)	21	(3.935)	(3.367)	(3.649)	(3.935)	(3.367)	(3.649)							
<b>Lucro bruto</b>		<b>45.164</b>	<b>33.623</b>	<b>30.793</b>	<b>45.172</b>	<b>33.695</b>	<b>31.011</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Despesas gerais e administrativas	21	(21.329)	(21.200)	(19.890)	(21.546)	(21.506)	(19.994)	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Despesas comerciais e marketing	21	(8.135)	(8.707)	(5.989)	(8.140)	(8.707)	(6.005)	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Outras receitas (despesas) operacionais	21	19	966	(38)	19	966	(254)	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>15.719</b>	<b>4.682</b>	<b>4.876</b>	<b>15.505</b>	<b>4.448</b>	<b>4.758</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Despesas financeiras	22	(1.152)	(1.883)	(864)	(1.153)	(1.887)	(870)	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Receitas financeiras	22	520	713	1.127	533	719	1.129	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<b>(632)</b>	<b>(1.170)</b>	<b>263</b>	<b>(620)</b>	<b>(1.168)</b>	<b>259</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Resultado de equivalência patrimonial	10.b	274	(121)	254	476	111	398	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>15.361</b>	<b>3.391</b>	<b>5.393</b>	<b>15.361</b>	<b>3.391</b>	<b>5.415</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Despesa com IRPJ e CSLL correntes		(3.846)	(583)	(411)	(3.846)	(583)	(433)	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
IRPJ e CSLL diferidos	19.a	(1.580)	559	(1.333)	(1.580)	559	(1.333)	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(5.426)</b>	<b>(24)</b>	<b>(1.744)</b>	<b>(5.426)</b>	<b>(24)</b>	<b>(1.766)</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.935</b>	<b>3.367</b>	<b>3.649</b>	<b>9.935</b>	<b>3.367</b>	<b>3.649</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Resultado por ação – básico (em R\$)	23	-	-	-	0,1911	0,0648	0,0702	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													
Resultado por ação – diluído (em R\$)	23	-	-	-	0,1911	0,0648	0,0702	<b>Demonstrações dos Resultados</b>													

Reserva de lucros	Nota	Controladora			Consolidado			Reserva de lucros	Nota	Controladora			Consolidado		
		2020	2019	2018	2020	2019	2018			2020	2019	2018	2020	2019	2018
Reserva de lucros		37.433	10.307	526	3.531	-	-	20	9.935	3.367	3.649	9.935	3.367	3.649	
Capital de incorp. reserva legal		-	-	-	-	-	-	21	(44.415)	(44.410)	(35.981)	(44.477)	(44.622)	(36.937)	
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	22	520	713	1.127	533	719	1.129	
<b>Saldo em 01/01/2018 (Representado)</b>		<b>37.433</b>	<b>10.307</b>	<b>708</b>	<b>5.417</b>	<b>-</b>	<b>53.865</b>	<b>274</b>	<b>(121)</b>	<b>254</b>	<b>476</b>	<b>111</b>	<b>398</b>	<b>259</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.b	274	(121)	254	476	111	398	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-										



... continuação			Interplayers Soluções Integradas S.A.						Consolidado	
Prontuário	Descrição	Impacto	Anteriormente apresentado		Atualmente apresentado		Anteriormente apresentado		Atualmente apresentado	
			2020	Ajuste	2020	2019	Ajuste	2019	2018	Ajuste
Alterações no CPC 15 (R1) IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.	Não teve impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.								
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.								
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.								
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e não configuraram modificação de contrato que impactassem materialmente o resultado.								
Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia irá adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras são divulgadas abaixo:			<b>Normas e Emendas</b>		<b>Data efetiva (períodos anuais iniciados em ou após)</b>					
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.	1º/01/2023								
IFRS 17/CPC 50	Contratos de Seguros	1º/01/2021								
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) Fase 2	Reforma da Taxa de Juros de Referência com tratamento de mudanças nos fluxos de caixa, requisitos de contabilidade de hedge e divulgações	1º/01/2021								
Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.										
<b>5. Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31/12/2020, 2019 e 2018 foram reapresentadas para inclusão da demonstração do valor adicionado, correção de erros materiais e inclusão e melhoria de certas notas explicativas. Este conjunto de demonstrações financeiras substitui o anteriormente emitido, mas não altera materialmente a apresentação das demonstrações financeiras como um todo. As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado em 31/12/2020, 2019 e 2018:										
<b>Balanço Patrimonial</b>			<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>		<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>	
<b>Ativo</b>			<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>2018</b>		<b>2017</b>	
<b>Circulante</b>			<b>43.951 (486)</b>		<b>34.475 (356)</b>		<b>34.119</b>		<b>36.758</b>	
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.558	15.766	18.324	6.616	8.443	15.059	4.292	13.970	18.262	
Outros investimentos financeiros (a)	15.766	(15.766)	–	8.443	(8.443)	–	–	–	–	
Contas a receber de clientes (b)	23.084	–	23.084	17.691	(984)	16.707	15.813	18	15.831	
Impostos a recuperar (c) (e)	1.643	(348)	1.295	1.117	229	1.346	1.785	610	2.395	
Outras contas a receber (d) (g)	900	(138)	762	608	399	1.007	898	(139)	759	
<b>Não circulante</b>	<b>38.012 1.596</b>		<b>39.608</b>		<b>36.156 744</b>		<b>36.900</b>		<b>31.499 (299)</b>	
Depósitos judiciais (f)	437	–	437	285	310	192	545	(545)	–	
Ativo fiscal diferido, líquido (c)	3.227	2.019	5.246	4.630	2.196	6.826	2.418	899	3.317	
Outras contas a receber (g)	266	(266)	–	432	(404)	28	696	(543)	153	
Investimentos (h)	2.737	9	2.746	2.463	9	2.472	2.493	–	2.493	
Imobilizado	3.293	–	3.293	3.382	–	3.382	2.584	–	2.584	
Intangível (i)	23.660	(464)	23.196	21.830	(642)	21.188	22.524	(110)	22.414	
Direito de Uso em arrendamento (j)	4.079	11	4.090	2.632	(134)	2.498	–	–	–	
<b>Total do ativo</b>	<b>81.963</b>	<b>1.110</b>	<b>83.073</b>	<b>70.631</b>	<b>388</b>	<b>71.019</b>	<b>68.257</b>	<b>190</b>	<b>68.447</b>	
(a) Reclassificação dos saldos de aplicações de liquidação imediata para caixa e equivalente de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. (b) Complemento do Contas a Receber a faturar no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$18. Adicionalmente, complemento de constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, revertido em 2020 nos montantes de R\$984. (c) Efeito tributário dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 em decorrência dos ajustes efetuados. (d) Alteração dos saldos de dividendos distribuídos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 537, de acordo com a AGE de rerratificação realizada no dia 15 de setembro. (e) Reclasseificações entre ativo circulante e não circulante dos saldos de tributos a recuperar decorrentes do Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. (f) Complemento dos saldos de depósitos judiciais em decorrência do reconhecimento das atualizações monetárias. (g) Reconhecimento no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 de despesas antecipadas referentes a seguros. (h) Complemento da equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes de reapresentação das demonstrações financeiras das controladas da Companhia. (i) Complemento da amortização acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$110. Adicionalmente, ajustes sobre projetos descontinuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 nos montantes de R\$642 e R\$464, respectivamente. (j) Recálculo das modificações contratuais dos saldos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento.										
<b>Passivo</b>			<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>		<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>	
<b>Circulante</b>			<b>15.225 4.949</b>		<b>20.174</b>		<b>11.687 4.522</b>		<b>16.209</b>	
Empréstimos e financiamentos (k)	91	–	91	391	–	391	1.509	30	1.539	
Arrendamento Mercantil (j)	385	75	460	710	59	769	–	–	–	
Fornecedores e outras contas a pagar (l)	3.046	(262)	2.784	2.145	(259)	1.886	2.071	(209)	1.862	
Partes relacionadas (i)	–	154	154	–	149	149	–	209	209	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias (n)	6.408	4.401	10.809	4.796	4.301	9.097	3.961	2.611	6.572	
Impostos e contribuições a recolher (c)	2.462	339	2.801	1.939	272	2.211	911	45	956	
Adiantamentos de clientes (m)	591	–	591	331	–	331	45	–	45	
Dividendos a pagar (m)	2.242	242	2.484	1.375	–	1.375	1.581	–	1.581	
<b>Não circulante</b>	<b>7.307 62</b>		<b>7.369</b>		<b>6.238 (44)</b>		<b>6.194</b>		<b>1.818</b>	
Empréstimos e financiamentos (k)	–	–	–	408	–	408	–	–	–	
Arrendamento Mercantil (j)	3.962	–	3.962	1.985	(79)	1.906	–	–	–	
Fornecedores e outras contas a pagar (l)	2.375	–	2.375	3.092	384	384	–	–	–	
Impostos e contribuições a recolher (c)	970	62	1.032	735	35	770	617	–	617	
Provisão para Contingências (o)	59.431	(3.901)	55.530	52.706	(4.090)	48.616	56.361	(2.496)	53.865	
Capital social	37.433	–	37.433	37.433	–	37.433	37.433	–	37.433	
Reserva de incorporação reversa	10.307	–	10.307	10.307	–	10.307	10.307	–	10.307	
Reserva legal	1.565	(192)	1.373	1.117	(241)	876	842	(134)	708	
Reserva de lucros	10.126	(3.709)	6.417	3.849	(3.849)	–	7.779	(2.362)	5.417	
<b>Total do passivo</b>	<b>22.532 5.011</b>	<b>27.543</b>	<b>17.925 4.478</b>	<b>22.403</b>	<b>11.896 2.686</b>	<b>14.582</b>	<b>17.925 4.478</b>	<b>14.582</b>	<b>14.582</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>81.963 1.110</b>	<b>83.073</b>	<b>70.631 388</b>	<b>71.019</b>	<b>68.257 190</b>	<b>68.447</b>	<b>81.963 1.110</b>	<b>83.073</b>	<b>70.631 388</b>	
(c) Efeito tributário dos exercícios findos em 31/12/2018, 2019 e 2020 em decorrência dos ajustes efetuados. (i) Recálculo das modificações contratuais dos saldos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. (k) Complemento do saldo de Empréstimos no exercício findo em 31/12/2018. (l) Reclasseificações de saldos de Contas a Pagar para Partes Relacionadas em 31/12/2018, 2019 e 2020 e reversão de provisões para fornecedores/contas a pagar em 31/12/2019 e 2020. (m) Ajustes de dividendos mínimos obrigatórios em decorrência dos impactos no resultado do exercício dos ajustes efetuados. (n) Provisão dos tributos trabalhistas em 31/12/2018, 2019 e 2020. (o) Atualização monetária sobre as probabilidades de perdas prováveis.										
<b>Balanço Patrimonial</b>			<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>		<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>	
<b>Ativo</b>			<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>2018</b>		<b>2017</b>	
<b>Circulante</b>			<b>44.867 (487)</b>		<b>35.252 (356)</b>		<b>34.896</b>		<b>37.697 516</b>	
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.655	16.166	18.821	7.106	8.567	15.673	4.522	13.970	18.492	
Outros investimentos financeiros (a)	16.166	(16.166)	–	8.568	(8.568)	–	–	–	–	
Contas a receber de clientes (b)	23.090	–	23.090	17.691	(984)	16.707	16.307	20	16.327	
Impostos a recuperar (c) (e)	1.698	(347)	1.351	1.223	230	1.453	1.867	630	2.497	
Outras contas a receber (d) (g)	1.258	(140)	1.118	664	399	1.063	1.031	(134)	897	
<b>Não circulante</b>	<b>37.102 1.597</b>		<b>38.699</b>		<b>35.400 741</b>		<b>36.141</b>		<b>30.582 (319)</b>	
Depósitos judiciais (f)	437	–	437	285	310	192	565	(565)	–	
Ativo fiscal diferido, líquido (c)	3.227	2.019	5.246	4.630	2.196	6.826	2.418	899	3.317	
Outras contas a receber (g)	266	(266)	–	432	(404)	28	696	(543)	153	
Investimentos (h)	1.826	10	1.836	1.707	6	1.713	1.556	–	1.556	
Imobilizado	3.294	–	3.294	3.382	–	3.382	2.584	–	2.584	
Intangível (i)	23.660	(464)	23.196	21.830	(642)	21.188	22.524	(110)	22.414	
Direito de Uso em arrendamento (j)	4.079	11	4.090	2.632	(134)	2.498	–	–	–	
<b>Total do ativo</b>	<b>81.969</b>	<b>1.110</b>	<b>83.073</b>	<b>70.652</b>	<b>385</b>	<b>71.037</b>	<b>68.279</b>	<b>197</b>	<b>68.476</b>	
(a) Reclasseificação dos saldos de aplicações de liquidação imediata para caixa e equivalente de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. (b) Complemento do Contas a Receber a faturar no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$18. Adicionalmente, complemento de constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, revertido em 2020 nos montantes de R\$984. (c) Efeito tributário dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 em decorrência dos ajustes efetuados. (d) Alteração dos saldos de dividendos distribuídos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 537, de acordo com a AGE de rerratificação realizada no dia 15 de setembro. (e) Reclasseificações entre ativo circulante e não circulante dos saldos de tributos a recuperar decorrentes do Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. (f) Complemento dos saldos de depósitos judiciais em decorrência do reconhecimento das atualizações monetárias. (g) Reconhecimento no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 de despesas antecipadas referentes a seguros. (h) Complemento da equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes de reapresentação das demonstrações financeiras das controladas da Companhia. (i) Complemento da amortização acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$110. Adicionalmente, ajustes sobre projetos descontinuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 nos montantes de R\$642 e R\$464, respectivamente. (j) Recálculo das modificações contratuais dos saldos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento.										
<b>Passivo</b>			<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>		<b>Anteriormente apresentado</b>		<b>Atualmente apresentado</b>	
<b>Circulante</b>			<b>15.231 4.949</b>		<b>20.180</b>		<b>11.708 4.519</b>		<b>16.227</b>	
Empréstimos e financiamentos (k)	91	–	91	391	–	391	1.509	30	1.539	
Arrendamento Mercantil (j)	386	74	460	710	59	769	–	–	–	
Fornecedores e outras contas a pagar (l)	3.046	(261)	2.785	2.230	(218)	1.889	2.053	(181)	1.872	
Partes relacionadas (i)	–	154	154	–	118	118	–	189	189	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias (n)	6.413	4.401	10.814	4.842	4.301	9.143	3.985	2.611	6.596	
Impostos e contribuições a recolher (c)	2.462	339	2.801	1.940	271	2.211	927	44	971	
Adiantamentos de clientes (m)	591	–	591	331	–	331	45	–	45	
Dividendos a pagar (m)	2.242	242	2.484	1.375	–	1.375	1.581	–	1.581	
<b>Não circulante</b>	<b>7.307 62</b>		<b>7.369</b>		<b>6.238 (44)</b>		<b>6.194</b>		<b>1.818</b>	
Empréstimos e financiamentos (k)	–	–	–	408	–	408	–	–	–	
Arrendamento Mercantil (j)	3.962	–	3.962	1.985	(79)	1.906	–	–	–	
Fornecedores e outras contas a pagar (l)	2.375	–	2.375	3.092	384	384	–	–	–	
Impostos e contribuições a recolher (c)	970	62	1.032	735	35	770	617	–	617	
Provisão para Contingências (o)	59.431	(3.901)	55.530	52.706	(4.090)	48.616	56.361	(2.496)	53.865	
Capital social	37.433	–	37.433	37.433	–	37.433	37.433	–	37.433	
Reserva de incorporação reversa	10.307	–	10.307	10.307	–	10.307	10.307	–	10.307	
Reserva legal	1.565	(192)	1.373	1.117	(241)	876	842	(134)	708	
Reserva de lucros	10.126	(3.709)	6.417	3.849	(3.849)	–	7.779	(2.362)	5.417	
<b>Total do passivo</b>	<b>22.538 5.011</b>	<b>27.549</b>	<b>17.946 4.475</b>	<b>22.421</b>	<b>11.918 2.693</b>	<b>14.611</b>	<b>17.946 4.475</b>	<b>14.611</b>	<b>14.611</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>81.969 1.110</b>	<b>83.079</b>	<b>70.652 385</b>	<b>71.037</b>	<b>68.279 197</b>	<b>68.476</b>	<b>81.969 1.110</b>	<b>83.079</b>	<b>70.652 385</b>	
(c) Efeito tributário dos exercícios findos em 31/12/2018, 2019 e 2020 em decorrência dos ajustes efetuados. (j) Recálculo das modificações contratuais dos saldos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. (k) Complemento do saldo de Empréstimos no exercício findo em 31/12/2018. (l) Reclasseificações de saldos de Contas a Pagar para Partes Relacionadas em 31/12/2018, 2019 e 2020 e reversão de provisões										

... continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A.

	Anteriormente apresentado		Atualmente apresentado		Anteriormente apresentado		Atualmente apresentado		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	Ajuste	2020	2019	Ajuste	2019	2018	Ajuste	2018	2019	2018
Receita financeira decorrente de outros investimentos financeiros	(a)	(351)	351	-	(660)	660	-	(736)	736	-	-	-
Provisão (reversão) para contingência	(o)	235	(83)	152	118	(8)	110	(246)	(84)	(330)	-	
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais</b>												
Contas a receber de clientes	(b)	(5.392)	(985)	(6.377)	(1.878)	1.002	(876)	(351)	(18)	(369)	-	
Adiantamentos a fornecedores e a empregados	(p)	(82)	82	-	378	(378)	-	(84)	84	-	-	
Impostos a recuperar	(c)	(337)	(20)	(357)	711	145	856	904	3.213	4.117	-	
Despesas pagas antecipadamente	(g)	106	(106)	-	125	(125)	-	184	(184)	-	-	
Depósitos judiciais	(f)	(152)	30	(122)	(45)	(30)	(75)	(183)	-	(183)	-	
Outras contas a receber	(d)	(152)	423	271	50	362	412	149	782	931	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	(l)	883	-	883	60	(111)	(51)	(1.022)	(98)	(1.120)	-	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(n)	1.612	100	1.712	835	1.688	2.523	(418)	2.611	2.193	-	
Impostos e contribuições a recolher	(c)	(716)	133	(583)	649	(41)	608	2.839	(2.852)	(13)	-	
Adiantamentos de clientes	(d)	260	-	260	286	-	286	(574)	(18)	(592)	-	
<b>Outros fluxos de caixa de atividades operacionais</b>												
Juros pagos com empréstimos, financiamentos	(k)	(58)	(421)	(479)	(160)	(235)	(395)	(311)	3	(308)	-	
Juros pagos com contratos de arrendamentos	(j)	(421)	421	-	(228)	228	-	-	-	-	-	
Pagamento de processos trabalhistas/civil	(o)	-	(193)	(193)	-	-	-	(55)	-	(55)	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(c)	(3.390)	-	(3.390)	(123)	(55)	(178)	(26)	-	(26)	-	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		11.733	874	12.607	13.040	1.088	14.128	14.454	721	15.175	-	
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>												
Investimento Anjo Startups Growth		-	-	-	(100)	-	(100)	(50)	-	(50)	-	
Aquisição de imobilizado	(i)	(961)	-	(961)	(1.667)	(370)	(2.037)	(970)	-	(970)	-	
Aquisição de intangível	(j)	(5.286)	-	(5.286)	(3.688)	(70)	(3.758)	(2.288)	-	(2.288)	-	
Adição CPC06 R2 - Direito de uso em arrendamentos	(j)	-	-	-	(3.278)	3.278	-	-	-	-	-	
(Aplicação)/resgate de outros investimentos financeiros	(a)	(6.972)	6.972	-	6.187	(6.187)	-	(4.554)	4.554	-	-	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(13.219)	6.972	(6.247)	(2.546)	(3.349)	(5.895)	(7.862)	4.554	(3.308)	-	
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>												
Captação de empréstimos e financiamentos com terceiros	(k)	-	-	-	-	-	-	498	(12)	486	-	
Captação de contratos de arrendamentos	(j)	-	-	-	3.278	(3.278)	-	-	-	-	-	
Pagamentos de empréstimos, financiamentos com terceiros	(k)	(706)	14	(692)	(1.505)	(29)	(1.534)	(1.837)	10	(1.827)	-	
Pagamento de contratos de arrendamentos	(j)	(491)	-	(491)	(583)	36	(547)	-	-	-	-	
Dividendos pagos	(m)	(1.375)	(537)	(1.912)	(9.360)	5	(9.355)	(2.064)	-	(2.064)	-	
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(2.572)	(523)	(3.095)	(8.170)	(3.266)	(11.436)	(3.403)	(2)	(3.405)	-	
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(4.058)	7.323	3.265	2.324	(5.528)	(3.203)	3.189	5.273	8.462	-	
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		6.616	8.443	15.059	4.291	13.971	18.262	1.102	8.698	9.800	-	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		2.558	15.766	18.324	6.616	8.443	15.059	4.291	13.971	18.262	-	
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(4.058)	7.323	3.265	2.324	(5.528)	(3.203)	3.189	5.273	8.462	-	

(a) Reacomodação dos saldos de investimentos de liquidação imediata (b) Complemento do Contas a Receber a faturar no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$18. Adicionalmente, complemento de constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, revertido em 2020 nos montantes de R\$984. (c) Efeito tributário dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 em decorrência dos ajustes efetuados. (d) Alteração dos saldos de dividendos distribuídos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 537, de acordo com a AGE de reclassificação realizada no dia 15 de setembro. (e) Complemento dos saldos de depósitos judiciais em decorrência do reconhecimento das atualizações monetárias. (f) Reconhecimento no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 de despesas antecipadas referentes a seguros. (g) Reconhecimento no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 de despesas antecipadas referentes a seguros. (h) Complemento da equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes de representação das demonstrações financeiras das controladas da Companhia. (i) Complemento da amortização acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$110. Adicionalmente, ajustes sobre projetos descontinuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 nos montantes de R\$642 e R\$464, respectivamente. (j) Recálculo das modificações contratuais dos saldos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. (k) Complemento do saldo de Empréstimos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. (l) Reclasseificações de saldos de Contas a Pagar para Partes Relacionadas em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e reversão de provisões para fornecedores/contas a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 2020. (m) Ajustes de dividendos mínimos obrigatórios em decorrência dos impactos no resultado do exercício dos ajustes efetuados. (n) Provisão dos tributos trabalhistas em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. (o) Atualização monetária sobre as probabilidades de perdas prováveis. (p) Reclasseificação para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras correspondem às operações corrente que possuem baixo risco de crédito, junto às instituições financeiras que a Companhia opera, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado de 96% até 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a.a. em 31/12/2020 (95% até 102% do CDI a.a. em 31/12/2019 e de 85% até 102% do CDI a.a. em 31 de dezembro de 2018).

b) Impostos a recolher

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
ISS a recolher	470	476
PIS e COFINS a recolher	456	487
IRPJ e CSLL a recolher	891	272
Imposto de renda retido na fonte	52	39
Parcelamento federal a recolher (*)	3.307	4.024
CIDE a recolher - Importações	-	6
<b>Total</b>	<b>5.176</b>	<b>5.303</b>

Em moeda nacional: De terceiros Clientes faturados Clientes a faturar

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
De terceiros	21.197	14.083
Clientes faturados	2.238	3.952
Clientes a faturar	23.435	18.035
<b>Total</b>	<b>23.435</b>	<b>18.035</b>

(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
De terceiros	(351)	(1.328)
Clientes faturados	-	-
Clientes a faturar	23.084	16.707
<b>Total</b>	<b>23.084</b>	<b>16.707</b>

Os contos a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Em 31/12/2020 e 2019, o saldo de contas a receber apresentou um cliente com concentração maior que 10%. Em 31/12/2018, o saldo de contas a receber apresentou quatro clientes com concentração maior que 10%, totalizando 52% do saldo do contas a receber.

b) Abaixo estão descritos os recebíveis

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Vencimentos dos recebíveis	1.943	1.517
Saldos vencidos:	471	524
Até 60 dias	168	203
De 61 a 120 dias	-	-
De 121 a 210 dias	-	-
Acima de 210 dias até 365 dias	-	-
Total vencidos	2.582	2.249
Total a vencer	20.853	15.786
Total recebíveis	23.435	18.035

c) Movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: Abaixo movimentação do saldo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é como se segue:

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Saldo Inicial	(1.328)	-
Provisão Constituída	(2.250)	(1.858)
Reversão de Provisão	3.227	530
Saldo Final	(351)	(1.328)

A Companhia determina suas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa considerando as perdas históricas e expectativa de recebimento dos títulos em atraso. Adicionalmente, considera para perdas efetivas todos os títulos vencidos a mais de 210 dias.

9. Impostos a recuperar e a recolher

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
INSS a recuperar (*)	606	386
Outros impostos a recuperar	287	507
Imposto de Renda e CSLL (**)	978	645
PIS e COFINS a recuperar	24	-
<b>Total</b>	<b>1.895</b>	<b>1.538</b>

10. Investimentos

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Ponto Extra Serviços Temporários Ltda.	P.E.S.M.	376
ECS Participações Ltda.	ECS Par.	2.220
Startups Growth	ACE	150
<b>Total</b>	<b>2.746</b>	<b>2.493</b>

b) Movimentação dos investimentos

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Na Controladora	756	1.433
Em 01/01/2018 (Reapresentado)	-	-
Aquisição de participação	56	198
Resultado de equivalência patrimonial	812	1.631
Em 31/12/2018 (Reapresentado)	-	-
Aquisição de participação	-	100
Resultado de equivalência patrimonial	(233)	112
Em 31/12/2019 (Reapresentado)	579	1.743
Resultado de equivalência patrimonial	(203)	477
Em 31/12/2020 (Reapresentado)	376	2.220
<b>Total</b>	<b>1.836</b>	<b>1.713</b>

11. Imobilizado

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Móveis e utensílios	1.280	90
Equipamentos de informática	3.160	391
Máquinas e equipamentos	1.451	220
Instalações	1.421	-
Benefitórias em imóveis de terceiros (*)	5.070	359
<b>Total</b>	<b>12.382</b>	<b>970</b>

12. Intangível

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Ágio de combinação de negócios	11.007	-
Softwares desenvolvidos internamente (*)	9.161	1.943
Licenças	3.885	345
Marcas e patentes	30	-
Software - direitos adquiridos	10.571	-
Carteira de clientes	9.310	-
<b>Total</b>	<b>43.964</b>	<b>2.288</b>

13. Encargos financeiros

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Financiamento	91	91
Capital de giro	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>391</b>

Em 31/12/2020, 2019 e 2018, o saldo de caixa futuros esperados (valor em uso) de cada unidade geradora de caixa considerando o orçamento anual para o exercício corrente e o planejamento de longo prazo até 5 anos. Veja a seguir as premissas mais relevantes utilizadas no teste: • Crescimento das vendas: 6,0% a.a. em 31/12/2020 (7,0% a.a. em 31/12/2019 e 2018); • Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos para todos os exercícios. • A taxa de desconto nominal anua de impostos utilizada foi de 14,11% em 31/12/2020 (12,47% em 31/12/2019 e 10,40% em 31/12/2018). • As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e perpetuidade com taxa de crescimento de 3,0% em 31/12/2020 (3,5% em 31/12/2019 e 3,75% em 31/12/2018). • O valor recuperável estimado é superior ao valor dos ativos operacionais em 31/12/2020, 2019 e 2018, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/ utilizadas para o cálculo. 13. Empréstimos e financiamentos - a) Empréstimos e financiamentos:

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Os contratos de financiamento e capital de giro não contém cláusulas de garantias.

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>182</b>	<b>391</b>

Controladora Consolidado

	2020	2019	2018
Financiamento	91	91	96
Capital de giro	-	-	295
<b>Total</b>			

... continuação

b) Movimentação dos empréstimos:

Controladora e Consolidado	Saldo em 01/01/2018	Novas Captações	Juros (resultado)		Pagamento de principal (Reapresentados)	Pagamento de juros	Saldo em 2018
			(Resultado)	(Resultado)			
<b>Empréstimos e financiamentos com terceiros</b>							
Em moeda nacional							
Capital de giro	3.603	243	364	(1.835)	(307)	2.068	
Financiamento	—	243	5	8	(1)	255	
<b>Total Empréstimos e financiamentos com terceiros</b>	<b>3.603</b>	<b>486</b>	<b>369</b>	<b>(1.827)</b>	<b>(308)</b>	<b>2.323</b>	
<b>Saldo em 2018</b>							
<b>Novas Captações</b>							
<b>Juros (Resultado)</b>							
<b>Pagamento de principal (Reapresentados)</b>							
<b>Pagamento de juros</b>							
<b>Saldo em 2019</b>							
<b>Novas Captações</b>							
<b>Juros (Resultado)</b>							
<b>Pagamento de principal (Reapresentados)</b>							
<b>Pagamento de juros</b>							
<b>Saldo em 2020</b>							
<b>Novas Captações</b>							
<b>Juros (Resultado)</b>							
<b>Pagamento de principal (Reapresentados)</b>							
<b>Pagamento de juros</b>							
<b>Saldo em 2021</b>							
<b>Novas Captações</b>							
<b>Juros (Resultado)</b>							
<b>Pagamento de principal (Reapresentados)</b>							
<b>Pagamento de juros</b>							
<b>Saldo em 2022</b>							

c) **Covenants financeiros:** Os contratos em aberto de financiamentos e capital de giro, não possuem cláusulas restritivas em 31/12/2020, 2019 e 2018.

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Em moeda nacional:	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
De terceiros	2.686	1.788	2.687	1.791
Outras contas a pagar (*)	98	116	76	98
Contraprestação a pagar de aquisição da Entree e Vitale (**)	—	—	556	—
<b>Total</b>	<b>2.784</b>	<b>1.904</b>	<b>2.785</b>	<b>1.907</b>
Circulante	2.784	1.886	2.785	1.889
Não Circulante	—	18	33	—

(\*) Valores referentes a prestações de serviços de consultoria em marketing, conforme nota explicativa 25d

(\*\*) Refere-se ao valor residual do preço ajustado pelas aquisições das empresas Entree e Vitale, adquiridas em 2014 e 2017, respectivamente, e que foram incorporadas em 31/12/2017. O preço é ajustado pela variação do CDI até o seu vencimento final que será em maio de 2019.

15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos sociais	1.617	1.663	1.447	1.620
Provisão de férias e encargos	2.578	2.340	2.267	2.580
Programa de Participação nos Resultados (PPR)	1.902	779	207	1.902
Outras Obrigações a pagar	311	14	40	311
Provisão INSS (*)	4.401	4.301	2.611	4.401
<b>Total</b>	<b>10.809</b>	<b>9.097</b>	<b>6.572</b>	<b>10.814</b>

(\*) Refere-se à provisão de INSS constituída sobre créditos previdenciários tomados pela Companhia, para os quais a administração está desenvolvendo análises complementares sobre os mesmos e considerou adequado o seu registro como obrigação.

16. Provisão para contingências – a) Contingências:

Provisão para contingências	Controladora/Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>261</b>	<b>—</b>	<b>656</b>
Adições/(Reversões)	—	9	(339)
Pagamentos	—	—	(55)
Atualização monetária	9	—	75
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>271</b>	<b>9</b>	<b>337</b>
Adições/(Reversões)	—	(3)	113
Atualização monetária	8	—	35
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>279</b>	<b>6</b>	<b>485</b>
Adições/(Reversões)	—	(6)	385
Pagamentos	—	—	(193)
Atualização monetária	11	—	65
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>290</b>	<b>—</b>	<b>742</b>

b) **Perda possível**

Perda possível em	Controladora/Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Perda Possível em 2018	1.757	5	2.520
Perda Possível em 2019	1.839	14	1.547
Perda Possível em 2020	2.305	305	1.691

A Companhia tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima. Abaixo demonstramos as ações de probabilidade de perdas possíveis: **Fiscais:** Dentre os processos individualmente relevantes, destacam-se: (i) Em abril de 2016, a Delegacia da Receita Federal do Brasil, autou a Companhia devido a um Processo Administrativo com auto de infração em que a autoridade fazendária aplicou multa isolada com base na receita bruta, com fundamento nos artigos 2º e 44, II, da alínea "d", da Lei nº 9.430/96, ante a suposta falta de recolhimento de estimativas de abril a dezembro de 2011. O Processo Administrativo está aguardando o julgamento para impugnação e está avaliado com risco de perda possível. O valor envolvido em 31/12/2020 é de R\$ 1.371 (R\$ 1.267 em 31/12/2019 e R\$ 1.246 em 31/12/2018). (ii) Em 2016, a Companhia foi autuada por infração ao § 1º, do art. 61 do RICMS/00, eis que se creditou, em outubro de 2007, sem comprovar a origem do crédito. Apesar de não ter localizado, no momento da fiscalização, a nota fiscal que embasava o crédito, era proveniente de operação de transferência de créditos de sua filial, porém não foi identificado a escrituração da Nota fiscal de transferência. O valor envolvido como probabilidade de perda possível em 31/12/2020 era de R\$ 872 (R\$ 511 em 31/12/2019 e R\$ 511 em 31/12/2018). (iii) Em 2019, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo. O valor envolvido como probabilidade de perda possível em 31/12/2020 era de R\$ 62 (R\$ 61 em 31/12/2019). **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas classificados como de perda possível se referem aos processos movidos por ex-empregados da Companhia requerendo créditos trabalhistas, bem como ex-empregados de empresas prestadoras de serviços pleiteando, tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais créditos trabalhistas. A redução no exercício de 2019, refere-se, principalmente, à alteração da avaliação de probabilidade de perda dos processos para remoto, conforme avaliação e acompanhamento realizado pelos advogados externos da Companhia. Dentre os processos individualmente relevantes destaca-se: (i) Ação trabalhista movida por prestador de serviço que alega vínculo empregatício com a declaração da unidade contratual. O processo encontra-se em fase recursal. O montante pleiteado atualizado em 31/12/2020 é de R\$ 427 (R\$ 387 em 31/12/2019 e R\$ 347 em 31/12/2018). **Cíveis:** Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, rescisões contratuais e cobranças feitas indevidamente. Não há ações que se destacam individualmente.

b) Depósitos judiciais:

	Controladora/Consolidado		
	2020	2019	2018
Fiscais	9	8	8
Trabalhistas	428	306	231
<b>Total</b>	<b>437</b>	<b>314</b>	<b>239</b>

17. Patrimônio líquido – a) **Capital social:** Em 31/12/2018, 2019 e 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 37.433, representado por 52.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia está apresentada da seguinte forma:

	%	Ações
Acionistas em 31/12/2020, 2019 e 2018		
Ória Tech 1 Fundo de Investimentos em Participações	25%	13.000
Intermarket Empreendimentos e Participações Ltda.	75%	39.000
<b>Total</b>		<b>52.000</b>

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **b) Natureza e propósito das reservas:** b.1) **Reserva de Lucros:** A Companhia opta por manter em reserva de lucros todo o excedente de resultados depois de constituída a reserva legal e a provisão para distribuição dos dividendos, em consonância com os preceitos da Lei das Sociedades por Ações e conforme disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 23 do Estatuto Social, para eventual posterior distribuição como proventos aos acionistas. Todas as destinações dos lucros são anualmente aprovadas em Assembleia dos Acionistas. b.2) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê ainda a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme apurados nos exercícios sociais a seguir:

Lucro líquido do exercício da controladora	2020	2019	2018
	(Reapresentados)	(Reapresentados)	(Reapresentados)
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	497	168	182
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	9.438	3.199	3.467
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	2.464	842	912
Dividendos adicionais propostos	537	7.774	669
<b>Total</b>	<b>3.021</b>	<b>8.616</b>	<b>1.581</b>

Interplayers Soluções Integradas S.A.

mentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de negociação de taxa fixa. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nos outros investimentos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>			
Passivos Financeiros	(91)	(799)	(2.323)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Ativos Financeiros	16.806	13.150	17.923
Aplicação financeira	—	—	—
Passivos Financeiros	—	—	—
Contraprestação a pagar de aquisição da Entree e Vitale	—	—	—
<b>Total</b>	<b>16.715</b>	<b>12.351</b>	<b>15.044</b>

c) **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31/12/2020, 2019 e 2018. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa. i) **Ativos Financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Grupo estava exposto na data base de 31/12/2020, 2019 e 2018, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 1,90% ao ano em 2020, 4,40% ao ano em 2019 e 6,40% ao ano em 2018 e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31/12/2020, 2019 e 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado	Saldos em 2020	Risco	Cenário		
			Provável (I)	(II)	(III)
<b>Operação</b>					
Aplicações financeiras consolidadas	16.806	Redução CDI	1,90%	1,43%	0,95%
<b>Receita financeira</b>	<b>16.806</b>		<b>319</b>	<b>239</b>	<b>160</b>
<b>Saldos em 2019</b>					
<b>Operação</b>					
Aplicações financeiras consolidadas	13.150	Redução CDI	4,40%	3,30%	2,20%
<b>Receita financeira</b>	<b>13.150</b>		<b>579</b>	<b>434</b>	<b>289</b>
<b>Saldos em 2018</b>					
<b>Operação</b>					
Aplicações financeiras consolidadas	17.923	Redução CDI	6,40%	4,80%	3,20%
<b>Receita financeira</b>	<b>17.923</b>		<b>1.147</b>	<b>860</b>	<b>574</b>

ii) **Passivos Financeiros:** Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31/12/2020, 2019 e 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 1,90% ao ano em 2020, 4,40% ao ano em 2019 e 6,40% ao ano em 2018, foi definido o cenário provável (cenário I) e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020, 2019 e 2018. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi de 31/12/2020, 2019 e 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.

Consolidado	Saldos em 2020	Risco	Cenário		
			Provável (I)	(II)	(III)
<b>Operação</b>					
Empréstimos e financiamentos	91	Aumento CDI	1,90%	2,38%	2,85%
<b>Despesa financeira estimada</b>			<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Operação</b>					
Empréstimos e financiamentos	799	Aumento CDI	4,40%	5,50%	6,60%
<b>Despesa financeira estimada</b>			<b>35</b>	<b>44</b>	<b>53</b>
<b>Operação</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.323	Aumento CDI	6,40%	8,00%	9,60%
<b>Despesa financeira estimada</b>			<b>2.879</b>	<b>184</b>	<b>276</b>

19. Imposto de renda e contribuição social – a) Conciliação da taxa efetiva:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>15.361</b>	<b>3.391</b>	<b>5.393</b>	<b>15.361</b>	<b>3.391</b>	<b>5.415</b>
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)

**Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial**

	(5.223)	(1.153)	(1.834)	(5.223)	(1.153)	(1.841)
Diferenças permanentes	(296)	143	4	(297)	142	(60)
Equivalência patrimonial	93	(41)	86	162	39	135

Saldo negativo de controladas

	(5.426)	(24)	(1.744)	(5.426)	(24)	(1.766)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.846)	(583)	(411)	(3.846)	(583)	(433)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.580)	559	(1.333)	(1.580)	559	(1.333)

Alíquota efetiva

	(5.426)	(24)	(1.744)	(5.426)	(24)	(1.766)
Alíquota efetiva	(35,32%)	(0,71%)	(32,34%)	(35,32%)	(0,71%)	(32,61%)

b) **Movimentação dos Impostos Diferidos:**

Controladora/Consolidado	Saldo em Reconciliados		Saldo em 2018
	01/01/2018	No Resultado em 2018	
Provisão para contingências	312	(102)	210
Outras provisões	122	893	1.015
Ágio decorrente de incorporação reversa	4.166	(2.075)	2.092
Prejuízo fiscal acumulado	49	(49)	—
<b>Impostos diferidos líquido ativos</b>	<b>4.649</b>	<b>(1.333)</b>	<b>3.317</b>

Controladora/Consolidado	Saldo em Reconciliados		Saldo em 2019
	01/01/2019	No Resultado em 2019	
Provisão para contingências	210	—	210
Provisões de bônus	—	265	265
Provisão Devedores Duvidosos	—	451	451
Outras provisões	1.015	597	1.612
Arrendamento mercantil financeiro	—	60	60
Provisão desvalorização	—	181	181
Ágio decorrente de incorporação reversa	2.092	(2.075)	17
Prejuízo fiscal acumulado	—	1.027	2.951
<b>Impostos diferidos líquido ativos</b>	<b>3.317</b>	<b>559</b>	<b>2.951</b>

(\*) Em 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento denominado PERT (Programa de Regularização Tributária) para quitação de débitos de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2016. Tal parcelamento permitia a quitação do imposto a pagar com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Assim a Companhia havia realizado um saldo de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL com contrapartida dos débitos tributários. Tais montantes não foram aproveitados para amortização dos débitos em razão da não homologação deste parcelamento, e os montantes de prejuízo fiscal e

base negativa da CSLL foram revertidos para o ativo com contrapartida dos débitos tributários em 2019.

Controladora/Consolidado	Saldo em Reconciliados		Saldo em 2020
	2		

... continuação

Controladora/Consolidado	Demonstração		Ano
	Ajustes de Resultado em IFRS 31/12/2019	16/ CPC 06	
Demonstração de Resultado em 31/12/2019	(R2)	(R2)	
Receita operacional líquida	78.317	78.317	
Custos dos serviços prestados	(44.622)	(44.622)	
Lucro bruto	33.695	33.695	
Despesas operacionais líquidas	(29.136)	(29.223)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	4.559	(87)	4.472
Resultado financeiro	(1.168)	264	(904)
Resultado antes dos impostos	3.391	177	3.568
Imposto de renda e contribuição social	(24)	60	36
Lucro líquido do exercício	3.367	237	3.604

Acima de 5 anos

**Valores não descontados Juros embutidos**

**Saldo do Passivo de Arrendamento**

**25. Partes Relacionadas** – a) Controladora final: Os controladores finais do Grupo são Arnaldo José Lewis e Sá Filho, Fernando Guerino Cascardo e Carlos Alberto de Castro Dutra por meio da Intermarket Empreendimentos e Participações Ltda. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave de Gestão da Companhia é dividido em dois grupos: Conselho de Administração e a Diretoria, com quatro integrantes em cada grupo. Remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui Pró-labore, Programa de Participação nos Resultados (PPR) e assistência médica, e ascende em 31/12/2020 em R\$3.771, em 31/12/2019 em R\$ 2.827 e em 31/12/2018 em R\$ 2.562. c) Recebimento operações alienadas em 2017 – Vitae Health Redes Sociais Ltda. Em 15/12/2017 foi formalizado a alienação da Sociedade Vitae health por R\$400.000, cujo pagamento à Interplayers se deu conforme cronograma abaixo: • 1ª parcela – 15/12/2018 – R\$ 150, recebimento integral no ano de 2018; • 2ª parcela – 15/12/2019 – R\$ 150, recebimento de R\$ 50 no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020 o valor de R\$ 100; • 3ª parcela – 15/12/2020 – R\$100, recebimento no valor de R\$ 70 no 2º semestre de 2020, sendo acordado entre as partes o recebimento do saldo residual no valor de R\$ 30 no decorrer de 2021. d) Transações entre partes relacionadas: Segue abaixo os saldos das transações entre empresas do Grupo:

31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2020		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
30	-	-	30	-	-
-	154	5.891	-	154	5.891
-	-	19	-	-	-
30	154	5910	30	154	5891

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2019		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
200	-	-	200	-	-
-	118	4.729	-	118	4.729
-	30	114	-	30	114
200	148	4843	200	118	4729

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (12 meses)
250	-	-	250	-	-
-	189	4.260	-	189	4.260
-	20	305	-	20	305
250	209	4565	250	189	4260

**Outras contas a pagar – NE 14**

31 de dezembro de 2018		
------------------------	--	--

## Negócios

### Estrela perde batalha na Justiça contra a Mattel, dona da Barbie



A convivência com antigos parceiros de negócios não está deixando boas lembranças para a Estrela. Além do embate envolvendo a Hasbro, para quem deve R\$ 64 milhões em royalties, a fabricante brasileira de brinquedos amarga outra derrota na Justiça, dessa vez para a Mattel, multinacional americana dona da boneca Barbie.

O acórdão emitido em julho pela 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao qual a Folha teve acesso, nega pedido de indenização feito pela Estrela contra a Mattel Inc. e a sua subsidiária, Mattel do Brasil. Estrela e Mattel mantiveram por 30 anos uma parceria comercial para produção, comercialização e

licenciamento de brinquedos.

A brasileira queria ser indenizada em R\$ 64,4 milhões após a americana romper a parceria no final dos anos 90, o que a teria deixado no prejuízo. A Estrela alegou ter sido obrigada a retirar a sua boneca Susi do mercado para não atrapalhar as vendas da Barbie. O tribunal, porém, considerou o pedido improcedente.

Segundo a decisão expressa no acórdão, a brasileira “já suportava consideráveis prejuízos financeiros antes do encerramento da parceria com as rés, o que torna duvidosa a alegação de que a deterioração de sua situação financeira decorreu da finalização da relação contratual ‘sub judice’”. O tribunal considerou o argumento descabido.

Ainda segundo a decisão

da Justiça, a situação econômica da Estrela é a maior responsável pelo fato de o contrato entre as partes não ter continuado. “Não há se falar em responsabilização das rés pela não celebração da ‘joint venture’ referida em carta de intenções, visto que, além de se tratar mera de expectativa de negócio, restou comprovado que o negócio não foi celebrado em razão da precariedade da situação financeira da autora”, informa o acórdão.

Além disso, conforme a decisão, a Estrela já havia acordado com a Mattel, em contrato, liberar a americana de “todas e quaisquer ações, processos, custos, danos ou gastos derivados dos Contratos de Licença (inclusive rescisão)”.

Danielle Madureira/Folhapress

### Carlyle socorre Madero com R\$ 300 milhões



sem caixa para honrar os passivos de curto prazo, o Madero teve de recorrer ao Carlyle para conseguir um alívio nas contas. A firma de private equity se comprometeu a injetar mais R\$ 300 milhões na rede criada por Júnior Durski.

Num acordo assinado no sábado e anunciado ao mercado na manhã de hoje, o Madero informou que o Carlyle fará um aumento de capital na companhia. Ainda não está claro qual a participação adicional comprada pelo Carlyle. A gestora americana já era acionista na rede de lanchonetes desde 2019, quando investiu R\$ 700 milhões por uma fatia de 27,6%.

O Carlyle também ficará com uma pequena parte das ações de Durski, numa tran-

### BrMalls (BRML3) e Multiplan (MULT3) descontinuam DeliveryCenter

A Br Malls (BRML3) e Multiplan (MULT3) informaram nesta segunda-feira (22) que vão descontinuar as atividades da Delivery Center.

A Multiplan diz que a decisão não compromete a estratégia de inovação digital da companhia, que se baseia em ciência de dados aplicada à jornada do consumidor, oferecendo benefícios para seus lojistas e clientes ao integrar os mundos físico e digital através do seu aplicativo Multi.

Segundo a Multiplan, a decisão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 19 de novembro de 2021, por acionistas representando mais de 3/4 dos votos. “A descontinuidade das atividades operacionais da Delivery

Center será implantada conforme proposta de plano de ação e cronograma tentativo a serem elaborados por sua administração”, acrescentou.

Já a BrMalls, que também aprovou em AGE a descontinuidade, informa que a iniciativa não impactará a estratégia da companhia, que continua com foco crescente nos pilares da evolução do seu modelo de negócios.

Conforme a BrMalls, o destaque seguirá com o engajamento dos consumidores por meio do programa de relacionamento, iniciativas de omnicanalidade que potencializam vendas dos lojistas e novas receitas e monetização através de mídia digital.

As ações da BrMalls avançam 0,59% nesta segunda-feira, enquanto as da Multiplan sobem 0,33%. Infomoney



sação secundária. A firma de private equity vai comprar 2,4 milhões de ações que pertencem ao empresário, o equivalente a uma participação de 0,76% antes do aumento de capital.

Antes da transação, o fundador do Madero possuía 205,5 milhões de ações, o que lhe dava uma participação de 64,8% na companhia. No fato relevante, a companhia fez questão de frisar que Durski permanece com o controle.

O Madero foi atingido fortemente pela pandemia, e precisou alongar os prazos de empréstimos com os bancos por diversas vezes. A rede pretendia fazer o IPO neste ano para melhorar a situação, mas a operação foi adiada com a piora das condições de mercado.

BTG Pactual, Itaú BBA e Bank of America, que coordenavam a oferta de ações, deram fôlego financeiro à rede, que pretendia usar o dinheiro do IPO para quitar dívidas caras (boa parte com esses mesmos bancos) e continuar o processo de expansão dos restaurantes. Sem o IPO, o Carlyle veio em socorro.

Na semana passada, o Madero evidenciou o aperto financeiro ao divulgar o balanço do terceiro trimestre. Conforme relatou Adriana Mattos, repórter especial do Valor, a rede destacou que vinha buscando linhas de crédito para reduzir os vencimentos de curto prazo. Ao mesmo tempo, o Madero conta com a volta das operações aos níveis pré-covid.

Pipeline Valor